

PREGÃO ELETRÔNICO

90074/2026

CONTRATANTE (UASG)

(180160)

OBJETO

[Sistema de registro de preços para futuras aquisições materiais médico hospitalares e Odontológicos, para atender às demandas do Gabinete Odontológico do CPI-5 e Subunidades.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 619.498,25.

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia **24/06/2026 às 09h** (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço

MODO DE DISPUTA:

Aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

Sim



Baixe o app Compras.gov.br
e apresente sua proposta

Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS	3
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	4
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	7
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .	8
7. DA FASE DE JULGAMENTO	11
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO	12
9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	14
10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA	15
11. DOS RECURSOS	15
12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	16
13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	19
14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	19

**SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR CINCO
UNIDADE GESTORA EXECUTORA 180160**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90074/2026.

(Processo Administrativo nº 20260427016)

SEI. 057.00188134/2026-17

Torna-se público que o(a) *O Estado de São Paulo / Polícia Militar do Estado de São Paulo*, por meio do(a) *Comando de Policiamento do Interior Cinco – UGE 180160*, sediado(a) *Av. dos Estudantes, 1980*, na cidade de *São José do Rio Preto /Estado de São Paulo*, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do [Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023](#), da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022](#), e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, observando-se as subdivisões subsequentes na forma de itens que compõem este instrumento.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é **CONSTITUIÇÃO DE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de materiais médico hospitalares e Odontológicos, para atender às demandas do Gabinete Odontológico do CPI-5 e Subunidades.**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1.2. A licitação será realizada **em itens distintos que serão licitados individualmente**, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.4. As especificações técnicas dos itens constam na planilha mencionado no Termo de Referência disponível no Anexo I deste Edital.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. Trata-se de licitação para registro de preços, em que as regras referentes aos órgãos ou entidades gerenciadoras e participante (s), bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços apresentada como Anexo deste Edital.

2.2. **Não será admitida a adesão** a esta ata de registro de preços, com base nas seguintes justificativas:

2.2.1. Considerando as peculiaridades regionais desta Unidade, verifica-se que a demanda operacional é dimensionada de acordo com características específicas do território sob responsabilidade do CPI-5, tais como extensão territorial, infraestrutura disponível, volume de ocorrências e capacidade logística instalada;

2.2.2. Assim, em razão da limitação estrutural e da necessidade de preservar a efetividade da gestão de materiais permanentes no âmbito do CPI-5, não se mostra possível autorizar a adesão pretendida, restringindo-se a execução da Ata às demandas originárias desta Unidade.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que atuarem em atividade compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados na subdivisão anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3. A não observância do disposto na subdivisão anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.4. *Nos limites previstos no art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, e na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, serão observadas, caso aplicáveis, as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, bem como para as cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, para o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI.*

3.5. Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:

3.5.1 a **participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte** que atendam ao disposto no art. 34 da [Lei nº 11.488, de 2007](#), e no art. 16 da [Lei nº 14.133, de 2021](#) (se admitida a participação de cooperativas no item 3.10), nos termos do [art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

3.5.1.1. O tratamento favorecido a que se refere a subdivisão acima fica limitado às microempresas, às empresas de pequeno porte e às cooperativas (se admitida a participação de cooperativas no item 3.10) que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);

3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;

3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9. aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou Judicialmente.

3.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.7.1. A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata a subdivisão acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.8. O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. No que concerne aos itens 3.6.2 e 3.6.3, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. *Não poderão disputar esta licitação sociedades cooperativas, tendo em vista o disposto no art. 16 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e no art. 5º da [Lei nº 12.690, de 2012](#).*

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o **preço individual e total, marca e modelo**, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na [Constituição Federal](#), nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal](#);

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021](#), excetuada a hipótese de se verificar uma das exceções dos [§§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado](#), conforme especificado nos itens 4.4.1 e 4.4.2 subsequentes.

4.4.1. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

4.4.2. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), as microempresas, as empresas de pequeno porte) que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.4.3. Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no item 4.4.1 ou no item 4.4.2, ou de não cumprimento de outro requisito legal para tratamento favorecido, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

4.4.4. Na hipótese de item para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

4.4.5. Na hipótese de itens em que a participação não seja exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte).

4.5. A falsidade da declaração de que tratam os itens 4.3 e 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- 5.1.1. *Valor unitário e total do item;*
- 5.1.2. *Marca/ Fabricante (deverá ser a Razão Social ou nome fantasia);*
- 5.1.3. *Modelo/Versão (deverá ser o nome do modelo/código do fabricante);*

5.1.3.1. As especificações aplicadas na descrição do item na respectiva planilha de proposta devem ser totalmente fiéis as imagens/catálogo encaminhados, não sendo admitida a simples transcrição das características dos itens licitados do Termo de Referência para a planilha de proposta.

5.1.4. Quantidade cotada, devendo respeitar o mínimo especificado na documentação que constitui Anexo deste Edital.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.

5.6. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

5.6.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita na subdivisão acima deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, *caput*, inc. II, e § 1º, inc. II, da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

5.6.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata a subdivisão acima, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **365 (trezentos e sessenta e cinco)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas por parte do Contratado pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inc. IX, da Constituição Federal](#), e do art. 33, inc. X, da [Constituição do Estado de São Paulo](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do Contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de *[valor inferior] (conforme o critério de julgamento definido no início deste Edital)* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de *[percentuais]* entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de **1 % (um por cento) e incidirá sob o valor total do item**

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, definido no início deste Edital.

6.11. *Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, segundo o qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.*

6.11.1. *A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.*

6.11.2. *A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a subdivisão acima, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.*

6.11.3. *Não havendo novos lances na forma estabelecida nas subdivisões anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação.*

6.11.4. *Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.*

6.11.5. *Após o reinício previsto na subdivisão acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.*

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nas subdivisões anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. *Em relação à hipótese de itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§ 1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.*

6.18.1. *Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.*

6.18.2. *A melhor classificada nos termos da subdivisão acima terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.*

6.18.3. *Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido na subdivisão acima.*

6.18.4. *No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nas subdivisões anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.*

6.18.5. *Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.*

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado (se adotado esse modo de disputa no início deste Edital e no item 6.11).

6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, os critérios de desempate serão aqueles previstos no *caput* do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na [Lei nº 14.133, de 2021](#), conforme regulamento;

6.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;

6.19.2.2. empresas brasileiras;

6.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.19.3. Caso persista o empate após obedecido o disposto no *caput* e no § 1º do [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local, data e horário que serão divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.19.4. Será observado o disposto no § 2º do art. 60 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e no inciso III do art. 41 c/c o inciso I do art. 58 da [Lei Complementar nº 225, de 2026](#), quando for o caso.

6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer *[acima do preço máximo] (conforme o critério de julgamento estabelecido no início deste Edital)* definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do orçamento estimado definido pela Administração.

6.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.20.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, de documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.

6.21. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021](#), na legislação correlata, e no item 3.6 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Sicaf;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

7.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

7.1.6. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>); e

7.1.7. Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – Cadin, de que trata a [Lei nº 10.522, de 2002](#), no que concerne à medida prevista no inciso I, alíneas “b” e “c”, do art. 13 da [Lei Complementar nº 225, de 2026](#).

7.2. Em relação a pessoa jurídica licitante, a consulta ao cadastro CNCIAI será realizada também quanto a seu sócio majoritário, por força do [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 1º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 2º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 e 4.4 deste Edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.

7.6.1. Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.6.2. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o item 7.6, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 8.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. conter vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado definido para a contratação;

7.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.

7.8. *Serão considerados indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.*

7.8.1. *A inexecuibilidade, na hipótese de que trata a subdivisão acima, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:*

7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

*7.8.2. A critério do pregoeiro **poderá** ser solicitado o encaminhamento de planilha de composição de custos conforme modelo anexo ao Edital.*

7.9. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

7.10.1. O ajuste de que trata a subdivisão acima se limita ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

7.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados no Anexo I deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicafe.

8.1.2. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na [Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

8.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na [Constituição Federal](#), nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.7. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, quanto aos documentos por ele abrangidos.

8.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

8.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, caput](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

8.8.1. A não observância do disposto na subdivisão acima poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

8.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **2 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 64](#)):

8.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.12. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no item 8.9.1.

8.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata a subdivisão anterior.

8.15. *A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, das empresas de pequeno porte e das cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 (se admitida a participação de cooperativas no item 3.10) somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, exceto na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.*

8.15.1. *Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o licitante habilitado nas condições da subdivisão acima deverá comprovar sua regularização sob pena de decadência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.*

8.16. A disciplina da adjudicação e da homologação encontra-se no item 14 deste Edital.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. *Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, conforme minuta que integra este Edital como Anexo, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.*

9.1.1. *O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:*

a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.1.2. *A ata de registro de preços será assinada com a utilização de meio eletrônico (SEI/SP), nos termos da legislação aplicável, e disponibilizada no sistema de registro de preços.*

9.2. *Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes na documentação que integra este Edital, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.*

9.3. *O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.*

9.4. *A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, desde que devidamente justificada.*

9.5. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas neste item 9, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, observado o disposto no item 10 deste Edital.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

a) dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

b) dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

10.2. As contratações respeitarão a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata.

10.2.1. A apresentação de novas propostas dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário na forma da alínea "a" da subdivisão anterior não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

10.2.2. Os licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão, na ordem de classificação, aqueles que mantiverem sua proposta original.

10.3. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista na documentação que integra este Edital, poderá:

a) convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

b) adjudicar e celebrar a contratação nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observados o disposto neste item 10 e a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados *pelo meio eletrônico www.comprasnet.gov.br*.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou Contratado que, com dolo ou culpa:

12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

12.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

12.1.5. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:

12.1.5.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.5.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.5.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

12.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.6.1. recusar-se, sem justificativa, a formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração;

12.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

12.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

12.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

12.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da [Lei nº 12.846, de 2013](#).

12.2. Com fundamento na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou Contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- 12.2.1. advertência;
- 12.2.2. multa;
- 12.2.3. impedimento de licitar e contratar; e
- 12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 12.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. *A sanção de multa será calculada em conformidade com a documentação que integra este instrumento, e aplicada após regular processo administrativo.*

12.5. *A sanção de multa prevista no inciso II do caput do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), calculada na forma deste Edital, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).*

12.6. *Fica consignado que a aplicação de sanções administrativas decorrentes de infrações praticadas no curso do procedimento licitatório, da contratação ou da execução contratual observará o disposto na **Resolução SSP-05, de 02 de março de 2026**, que regulamenta, no âmbito da Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo, a aplicação das penalidades previstas nos artigos 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133/2021;*

12.6.1. Nos termos da referida Resolução, poderão ser aplicadas aos licitantes ou contratados, conforme a gravidade da infração e mediante regular processo administrativo, as seguintes sanções: advertência, multa, impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta do Estado de São Paulo, e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, sem prejuízo da aplicação de multa de mora por atraso injustificado na execução contratual, nos termos estabelecidos no edital e no contrato.

12.7. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.


12.8. Antes da aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.9. A sanção de advertência será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência da infração administrativa relacionada no item 12.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

12.10. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.11. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.8, 12.1.9, 12.1.10, 12.1.11 e 12.1.12, bem como das infrações administrativas previstas nos itens 12.1.2, 12.1.3,

12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja extensão e duração observará o disposto no art. 156, § 5º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.12. A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação  no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no item 12.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas (art. 90, § 5º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.13. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta nos termos do art. 158 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante, o adjudicatário ou o Contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.14. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.15. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 166 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.16. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 167 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.17. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.18. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

12.19. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra o Edital, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.20. Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

12.21. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 do referido diploma legal.

12.22. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, *pelo (s) e-mail cpi5uge@policiamilitar.sp.gov.br ou diretamente na sede do Comando de Policiamento do Interior Cinco, sito a Avenida dos Estudantes, nº 1980, Bairro Boa Vista, São José do Rio Preto/SP, CEP 15025-310, Fone (17) 3203-8500.*

13.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.

13.4. A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado na subdivisão subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.4.1. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas *no sistema e no(s) sítio(s) eletrônico(s) na Internet www.comprasnet.gob.br*, sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

13.6. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.

13.7. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.1.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

14.2. *A disciplina da formalização da contratação observará o disposto nas subdivisões deste item 14.2.*

14.2.1. *Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, sua formalização ocorrerá mediante a assinatura de Ata de Registro de Preços, cuja minuta integra este Edital como Anexo.*

14.2.1.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

14.2.1.2. Se não for possível atualizar os documentos referidos na subdivisão acima por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

14.2.1.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – Cadin estadual”, de que trata a Lei estadual nº 12.799, de 2008. Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

14.2.1.4. Com a finalidade de verificar se o licitante mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no item 7.1 deste Edital.

14.2.1.5. Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:

14.2.1.5.1. a apresentação do(s) documento(s) que deva(m) ser exibido(s) pelo adjudicatário anteriormente ou por ocasião da celebração da contratação, caso exigida em disposição(ões) ou declaração(ões) específica(s) que esteja(m) prevista(s) neste instrumento ou na documentação que o integra como Anexo;

14.2.1.5.2. a indicação de gestor encarregado de representar o adjudicatário com exclusividade perante o Contratante;

14.2.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.2.1. O contrato será assinado com a utilização de meio eletrônico, nos termos da legislação aplicável.

14.2.2.2. O prazo para assinatura previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração.

14.2.2.3. Será considerado celebrado o contrato, em caso de assinaturas por meio eletrônico em datas diferentes, na data da última assinatura eletrônica das partes do termo contratual.

14.3. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

14.5. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.7. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.8. Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.

14.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.11. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

14.11.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.

14.11.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inc. III do art. 12 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.12. Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.

14.13. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) *e no sítio eletrônico www.comprasnet.gov.br*

14.14. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

14.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

14.15.1. *ANEXO I - Termo de Referência;*

14.15.2. *ANEXO II – Minuta de Ata de Registro de Preços;*

14.15.3. *ANEXO III – Cópia do ato normativo sobre sanções aplicável;*

ANEXO III.1 – Resolução SSP-05, de 02 de março de 2026;

14.15.4. *ANEXO IV – Modelos(s) referente(s) a planilha de proposta*

ANEXO IV.1 – Planilha de composição de custos (BDI);

14.15.5. *ANEXO V – Modelo(s) de Declaração(ões);*

14.15.6. *ANEXO VI – DECRETO Nº 62.867, DE 03 DE OUTUBRO DE 2017.*

São José do Rio Preto, 12 de maio de 2026

JOSÉ ROBERTO LOPES JUNIOR

CAP PM - SUBSCRITOR DO EDITAL

ANEXO I

ESP-COMANDO POLIC.INT.-5 SJRIO PRETO

TR - MATERIAIS DE CONSUMO UIS MÉDICA/ODONTÓLOGICA 141/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
141/2026	180160-ESP-COMANDO POLIC.INT.-5 SJRIO PRETO	CARLOS EDUARDO PAVANI	14/05/2026 09:41 (v 0.6)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		SEI 057.00216188/2026

1. TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR 5

(Processo Administrativo nº SEI 057.00216188/2026-80)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de insumos e medicamentos para UIS Médica e Odontológica da sede do CPI-5 e Unidades subordinadas, mediante composição de Ata de Registro de Preço, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	COMPRAS . GOV	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT. TOTAL	VALOR UNITÁRIO (se não for sigiloso)	VALOR TOTAL (se não for sigiloso)
1	ÁCIDO FLUORÍDRICO PARA PRÓTESE	3008371	391948	UN	1	R\$ 34,03	R\$ 34,03
2	ÁCIDO FOSFÓRICO 37%	1222236	391582	UN	51	R\$ 8,4433	R\$ 432,6483
3	AGULHA GENGIVAL DESCARTÁVEL; CALIBRE G-30 CURTA	781894	442145	CAIXA 100 UNIDADE	4	R\$ 69,53	R\$ 278,12
4	AGULHA GENGIVAL DESCARTÁVEL; CALIBRE G-27 LONGA	4443764	442144	CAIXA 100 UNIDADE	4	R\$ 85,35	R\$ 341,40
	AGULHA HIPODERMICA			CAIXA 100			

5	ENDODÔNTICA PARA IRRIGAÇÃO	5470218	442140	UNIDADE	1	R\$ 117,47	R\$ 117,47
6	ÁLCOOL ETÍLICO 70%	5616859	481012	FRASCO 1 LITRO	54	R\$ 9,81	R\$ 529,74
7	ANESTÉSICO ARTICAINA 4% COM EPINEFRINA 10MG	6042937	297697	CAIXA 50 UNIDADE	50	R\$ 4,19	R\$ 209,50
8	ANESTÉSICO MEPIVACAÍNA 2% COM EPINEFRINA	269888	269888	CAIXA 50 UNIDADE	250	R\$ 3,78	R\$ 945,00
9	ANESTÉSICO PRILOCAÍNA 3% COM FELIPRESSINA	176605	269833	CAIXA 50 UNIDADE	50	R\$ 4,02	R\$ 201,00
10	ANESTÉSICO TÓPICO EM GEL	777200	272913	POTE 12 GRAMA	1	R\$ 35,50	R\$ 35,50
11	APLICADOR DESCARTÁVEL COM HASTE MULTI-ARTICULADA FINO	3475174	410557	PACOTE 100 UNIDADE	1	R\$ 24,28	R\$ 24,28
12	APLICADOR DESCARTÁVEL COM HASTE MULTI-ARTICULADA REGULAR	324507	410559	PACOTE 100 UNIDADE	1	R\$ 20,34	R\$ 20,34
13	AVENTAL CIRÚRGICO DESCARTÁVEL	5648017	604946	UNIDADE	300	R\$ 11,33	R\$ 3.399,00
14	BABADOR ODONTOLÓGICO	4045572	438695	PACOTE 100 UNIDADE	18	R\$ 37,41	R\$ 673,38
15	BICARBONATO DE SÓDIO	184624	271052	SACHÊ 40G	1	R\$ 6,09	R\$ 6,09
16	BROCA ALTA ROTAÇÃO, CARBIDE, Nº 5	3851745	403175	UNIDADE	5	R\$ 11,03	R\$ 55,05
17	BROCA ALTA ROTAÇÃO, CARBIDE, Nº 702C	3852130	403389	UNIDADE	2	R\$ 22,80	R\$ 45,60
18	BROCA ALTA ROTAÇÃO, CARBIDE, Nº 9406FF	3852970	431559	UNIDADE	2	R\$ 94,83	R\$ 189,66
19	BROCA ALTA ROTAÇÃO CÔNICA ARREDONDADA Nº 2135-F	3848850	403147	UNIDADE	4	R\$ 15,99	R\$ 63,96
20	BROCA ALTA ROTAÇÃO DIAMANTADA CÔNICO TOPO CHAMA Nº 3195-F	3849481	403154	UNIDADE	6	R\$ 13,79	R\$ 82,74
21	BROCA ALTA ROTAÇÃO DIAMANTADA ESFÉRICA Nº 1011	3847055	402944	UNIDADE	4	R\$ 10,76	R\$ 43,04
22	BROCA ALTA ROTAÇÃO DIAMANTADA ESFÉRICA Nº 1012	3847462	402945	UNIDADE	10	R\$ 13,14	R\$ 131,40
23	BROCA ALTA ROTAÇÃO DIAMANTADA ESFÉRICA Nº 1014	3847497	402947	UNIDADE	12	R\$ 14,97	R\$ 179,64
24	BROCA ALTA ROTAÇÃO DIAMANTADA ESFÉRICA Nº 1012 HL	3847594	403372	UNIDADE	7	R\$ 16,61	R\$ 116,27
25	BROCA ALTA ROTAÇÃO DIAMANTADA ESFÉRICA Nº 1014 HL	3847608	403373	UNIDADE	7	R\$ 14,70	R\$ 102,90
26	BROCA ALTA ROTAÇÃO DIAMANTADA ESFÉRICA Nº 1015	3847500	402948	UNIDADE	7	R\$ 13,26	R\$ 92,82
27	BROCA ALTA ROTAÇÃO DIAMANTADA ESFÉRICA Nº 1016 HL	3847616	403374	UNIDADE	2	R\$ 8,24	R\$ 16,48
	BROCA ALTA ROTAÇÃO						

28	DIAMANTADA Nº 1046	3847829	403166	UNIDADE	5	R\$ 3,88	R\$ 19,40
29	BROCA ALTA ROTAÇÃO DIAMANTADA TOPO PLANO Nº 1091	3848248	403009	UNIDADE	2	R\$ 8,82	R\$ 17,64
30	BROCA ALTA ROTAÇÃO DIAMANTADA TOPO PLANO Nº 1095	3848299	403013	UNIDADE	2	R\$ 4,14	R\$ 8,28
31	BROCA ALTA ROTAÇÃO DIAMANTADA Nº 1190F	3849384	403145	UNIDADE	6	R\$ 10,36	R\$ 62,16
32	BROCA ALTA ROTAÇÃO DIAMANTADA Nº 2135	3848841	403126	UNIDADE	6	R\$ 18,04	R\$ 113,04
33	BROCA ALTA ROTAÇÃO DIAMANTADA Nº 3118	3849554	403093	UNIDADE	8	R\$ 9,09	R\$ 72,72
34	BROCA ALTA ROTAÇÃO DIAMANTADA Nº 3118 F	3849570	403150	UNIDADE	6	R\$ 16,68	R\$ 100,08
35	BROCA ALTA ROTAÇÃO DIAMANTADA Nº 3168F	3849619	403152	UNIDADE	4	R\$ 16,47	R\$ 65,88
36	BROCA ALTA ROTAÇÃO DIAMANTADA Nº 3195F	3849481	403154	UNIDADE	2	R\$ 13,79	R\$ 27,58
37	BROCA ALTA ROTAÇÃO DIAMANTADA Nº 3195FF	3849490	403155	UNIDADE	6	R\$ 15,11	R\$ 90,66
38	BROCA ALTA ROTAÇÃO DIAMANTADA Nº 4138G	3848981	403744	UNIDADE	4	R\$ 5,40	R\$ 21,60
39	BROCA ALTA ROTAÇÃO, SHOFU ARKANSAS, Nº 4702	4234863	404850	UNIDADE	4	R\$ 31,04	R\$ 124,16
40	BROCA ALTA ROTAÇÃO, SHOFU ARKANSAS, Nº FG 4702	5360811	404850	UNIDADE	10	R\$ 30,95	R\$ 309,50
41	BROCA ALTA ROTAÇÃO, ZEKRYA, Nº 151 HASTE 28MM	3858480	403873	UNIDADE	1	R\$ 35,45	R\$ 35,45
42	BROCA BAIXA ROTAÇÃO CONTRA ÂNGULO GATES GLIDDEN, Nº 1	3858847	403602	UNIDADE	6	R\$ 37,74	R\$ 226,44
43	BROCA BAIXA ROTAÇÃO CONTRA ÂNGULO GATES GLIDDEN, Nº 2	3858863	403603	UNIDADE	6	R\$ 39,59	R\$ 237,54
44	BROCA BAIXA ROTAÇÃO CONTRA ÂNGULO GATES GLIDDEN, Nº 3	3858871	403604	UNIDADE	6	R\$ 37,88	R\$ 227,28
45	BROCA CONTRA ÂNGULO LARGO PEEZO, KIT Nº 1 AO 6	5772460	403605	UNIDADE	2	R\$ 35,62	R\$ 71,24
46	BROCA BAIXA ROTAÇÃO CONTRA ANGULO Nº 4	3854086	403466	UNIDADE	4	R\$ 19,28	R\$ 77,02
47	BROCA BAIXA ROTAÇÃO CONTRA ANGULO Nº 6 CARBIDE	3854108	436293	UNIDADE	4	R\$ 22,13	R\$ 88,52
48	BROCA PEÇA DE MÃO, MAXICUT, FORMATO EM CHAMA	3867668	426830	UNIDADE	1	R\$ 25,81	R\$ 25,81
49	BROCA ALTA ROTAÇÃO ENDO Z Nº 152 HASTE 23MM	3858502	403395	UNIDADE	5	R\$ 29,18	R\$ 145,90
50	BROCA PEÇA DE MÃO, MAXICUT, TRONCO CÔNICA	3867587	480321	UNIDADE	1	R\$ 111,77	R\$ 111,77
51	CABO PARA ESPELHO	4275730	413300	UNIDADE	30	R\$ 47,90	R\$ 1.437,00
	CANETA DE ALTA ROTAÇÃO						

52	ODONTOLÓGICA COM ILUMINAÇÃO DE LED, REFRIGERAÇÃO COM SPRAY TRIPLO	4409019	437552	UNIDADE	2	R\$ 1.721,65	R\$ 3.443,30
53	CIMENTO DE FOSFATO DE ZINCO LIQUIDO SSWHITE	4279506	404542	UNIDADE	1	R\$ 17,27	R\$ 17,27
54	CIMENTO DE FOSFATO DE ZINCO PÓ SSWHITE	3667960	404543	UNIDADE	1	R\$ 18,95	R\$ 18,95
55	CIMENTO ENDODÔNTICO - SEALER PLUS	5939984	405602	UNIDADE	2	R\$ 129,97	R\$ 259,94
56	CIMENTO ODONTOLOGICO IRM - PÓ + LÍQUIDO	50415	441493	UNIDADE	2	R\$ 16,88	R\$ 33,76
57	CIMENTO ODONTOLÓGICO RESINOSO RELYX U200 NA COR A2	6409458	438043	UNIDADE	1	R\$ 240,40	R\$ 240,40
58	CLOREXIDINA 0,12%, ANTISSEPTICO BUCAL	1570560	341174	UNIDADE	14	R\$ 13,16	R\$ 184,24
59	CLOREXIDINA 2%, SOLUÇÃO DEGERMANTE	5161215	269876	UNIDADE	3	R\$ 31,24	R\$ 93,72
60	COLETOR PARA MATERIAL PERFUROCORTANTE PALELÃO 1,5 L	1500325	623106	UNIDADE	4	R\$ 13,24	R\$ 52,96
61	COMPRESSA DE GAZE 13 FIOS 7,5 X 7,5 CM	3382800	628266	PACOTE 500 UNIDADE	20	R\$ 44,07	R\$ 881,40
62	CONE DE PAPEL, ESTÉRIL, 15 A 40	273562	419001	EMBALAGEM 120 UNIDADE	2	R\$ 68,57	R\$ 137,14
63	CONE DE PAPEL, ESTÉRIL, 45 A 80	273570	419002	EMBALAGEM 120 UNIDADE	2	R\$ 49,95	R\$ 99,90
64	CONE DE PAPEL SORTIDO, ESTÉRIL, F1, F2 E F3 (EMBAL. 24 UNID. CADA)	3252680	441916	CAIXA	1	R\$ 69,11	R\$ 69,11
65	CONE DE GUTAPERCHA ACESSÓRIO, CALIBRE FM	804177	419044	CAIXA 120 UNIDADE	2	R\$ 34,66	R\$ 69,32
66	CONE DE GUTAPERCHA ACESSÓRIO, CALIBRE M	804185	419013	CAIXA	2	R\$ 37,97	R\$ 75,94
67	CONE DE GUTAPERCHA, SORTIDO, SISTEMA PROTAPER, F1, F2 E F3	5769353	419439	CAIXA 60 UNIDADE	1	R\$ 56,60	R\$ 56,60
68	CONE DE GUTAPERCHA, SECUNDÁRIO R7	3549011	419184	CAIXA 120 UNIDADE	2	R\$ 38,95	R\$ 77,90
69	CURETA PERIODONTAL GRACEY, G5-G6	49743	427571	UNIDADE	1	R\$ 169,20	R\$ 169,20
70	CURETA PERIODONTAL GRACEY, G7-G8	49751	427572	UNIDADE	1	R\$ 219,41	R\$ 219,41
71	CURETA PERIODONTAL GRACEY, G11-G12	49778	427568	UNIDADE	1	R\$ 119,95	R\$ 119,95
72	CURETA PERIODONTAL GRACEY, G13-G14	49786	427573	UNIDADE	1	R\$ 117,99	R\$ 117,99
73	CUNHA INTERDENTAL	3340295	338641	PACOTE	2	R\$ 32,28	R\$ 64,56
74	DESSENSIBILIZADOR DE DENTINA EM GEL DE BAIXA VISCOSIDADE	5164346	431743	SERINGA 2,5G	2	R\$ 48,22	R\$ 48,22
75	DETERGENTE ENZIMÁTICO	1578413	328078	UNIDADE	5	R\$ 44,68	R\$ 223,40
76	DIQUE DE BORRACHA PARA ISOLAMENTO	140341	442191	UNIDADE	5	R\$ 38,26	R\$ 191,30

	ABSOLUTO						
77	DISCO DE LIXA, GRANULAÇÃO FINA	5041724	438118	UNIDADE	30	R\$ 357,57	R\$ 10.727,10
78	EDTA	4733738	429980	FRASCO 500 MILILITRO	50	R\$ 40,21	R\$ 2.010,50
79	EMBALAGEM PARA ESTERILIZACAO 10MM X 100M	1434039	442384	UNIDADE	1	R\$ 164,32	R\$ 164,32
80	ENDO PTC	184608	429976	UNIDADE	1	R\$ 84,34	R\$ 84,34
81	ESCOVA DE ROBSON PARA CONTRA-ÂNGULO	1423177	431409	UNIDADE	55	R\$ 17,89	R\$ 983,95
82	ESPAÇADOR DIGITAL	5769531	438282	EMBALAGEM 4 UNIDADE	8	R\$ 101,28	R\$ 810,24
83	ESPELHO BUCAL Nº 5	945544	437561	UNIDADE	42	R\$ 5,25	R\$ 220,50
84	EUCALIPTOL	3805140	429900	FRASCO	1	R\$ 39,47	R\$ 39,47
85	FIO DE SUTURA SEDA 3-0	4479211	617401	CAIXA 24 UNIDADE	48	R\$ 69,14	R\$ 3.318,72
86	FIO DE SUTURA SEDA 4-0	4479246	487552	UNIDADE	48	R\$ 21,38	R\$ 1.026,24
87	FIO DENTAL	702960	407293	UNIDADE	72	R\$ 8,53	R\$ 614,16
88	FITA ADESIVA AUTOCLAVÁVEL	344320	332343	UNIDADE	14	R\$ 142,72	R\$ 1.998,08
89	DISCO DE LIXA, GRANULAÇÃO MÉDIA	5041716	438118	UNIDADE	30	R\$ 357,57	R\$ 10.727,10
90	GRAMPO P/ ISOLAMENTO ABSOLUTO, Nº 12 A	1605372	317149	UNIDADE	10	R\$ 11,68	R\$ 116,80
91	GRAMPO P/ ISOLAMENTO ABSOLUTO, Nº 13 A	1605399	307927	UNIDADE	10	R\$ 11,96	R\$ 119,60
92	GRAMPO P/ ISOLAMENTO ABSOLUTO, Nº 14	669091	246017	UNIDADE	10	R\$ 12,83	R\$ 128,30
93	GRAMPO P/ ISOLAMENTO ABSOLUTO, Nº 206	145211	246024	UNIDADE	20	R\$ 14,22	R\$ 284,40
94	GRAMPO P/ ISOLAMENTO ABSOLUTO, Nº 208	145262	247810	UNIDADE	10	R\$ 15,66	R\$ 156,60
95	GRAMPO P/ ISOLAMENTO ABSOLUTO, Nº 210	145289	247813	UNIDADE	20	R\$ 15,28	R\$ 305,60
96	GRAMPO P/ ISOLAMENTO ABSOLUTO, Nº 211	145297	247811	UNIDADE	20	R\$ 14,19	R\$ 283,80
97	GRAMPO P/ ISOLAMENTO ABSOLUTO, Nº 211	1490613	270034	UNIDADE	10	R\$ 13,71	R\$ 137,10
98	HIDRÓXIDO DE CÁLCIO (PASTA/PASTA)	113190	404562	KIT	10	R\$ 26,92	R\$ 269,20
99	HIDRÓXIDO DE CÁLCIO ODONTOLOGICO - PASTA UNICA FOTOPOLIMERIZAVEL	4681851	421356	UNIDADE	10	R\$ 54,16	R\$ 541,60
100	HIDRÓXIDO DE CÁLCIO PA	113204	404585	UNIDADE	20	R\$ 16,10	R\$ 322,00
101	HIPOCLORITO DE SÓDIO 2,5%	1667840	437156	LITRO	40	R\$ 15,16	R\$ 606,40
102	INDICADOR BIOLÓGICO	1819631	404969	UNIDADE	50	R\$ 1.192,13	R\$ 59.606,50
103	IONOMERO DE VIDRO FOTOPOLIMERIZAVEL - IONOSEAL	5113601	406250	UNIDADE	10	R\$ 229,25	R\$ 2.292,50

104	IONOMERO DE VIDRO PARA RESTAURAÇÕES	5333733	436843	UNIDADE	30	R\$ 87,14	R\$ 2.614,20
105	KIT CIRÚRGICO - CIRURGIA	3963080	616039	UNIDADE	100	R\$ 246,37	R\$ 24.637,00
106	SUGADOR ENDODÔNTICO	6367917	406295	KIT	50	R\$ 73,26	R\$ 3.663,00
107	KIT DISCO DE LIXA ONDONTOLÓGICO	438118	438120	CAIXA	5	R\$ 369,96	R\$ 1.849,80
108	LÂMINA DE BISTURÍ Nº 15	214736	366903	CAIXA 100 UNIDADE	5	R\$ 47,30	R\$ 236,50
109	LIMA ENDODÔNTICA HEDSTROEN, 25 MM, Nº 15 A 40	144657	418546	CAIXA	10	R\$ 65,19	R\$ 651,90
110	LIMA ENDODÔNTICA HEDSTROEN, 25 MM, Nº 45 A 80	204005	418547	CAIXA	10	R\$ 46,04	R\$ 460,40
111	LIMA ENDODÔNTICA TIPO K, 21 MM, Nº 08	52922	430408	CAIXA 6 UNIDADE	10	R\$ 51,46	R\$ 514,60
112	LIMA ENDODÔNTICA TIPO K, 25 MM, Nº 08	53082	430406	CAIXA 6 UNIDADE	10	R\$ 64,89	R\$ 648,90
113	LIMA ENDODÔNTICA TIPO K, 21 MM, Nº 10	52930	438197	CAIXA 6 UNIDADE	15	R\$ 64,93	R\$ 973,95
114	LIMA ENDODÔNTICA TIPO K, 25 MM, Nº 10	53090	430405	CAIXA 6 UNIDADE	15	R\$ 63,54	R\$ 953,10
115	LIMA ENDODÔNTICA TIPO K, 21 MM, Nº 15 A 40	50750	430418	CAIXA	10	R\$ 64,66	R\$ 646,60
116	LIMA ENDODÔNTICA TIPO K, 25 MM, Nº 15 A 40	52949	418523	CAIXA	15	R\$ 31,94	R\$ 479,10
117	LIMA ENDODÔNTICA TIPO K, 31 MM, Nº 15 A 40	50687	430415	CAIXA	10	R\$ 51,58	R\$ 515,80
118	LIMA ENDODÔNTICA TIPO K, 21 MM, Nº 45 A 80	52914	430417	CAIXA	10	R\$ 28,12	R\$ 281,20
119	LIMA ENDODÔNTICA TIPO K, 25 MM, Nº 45 A 80	53074	430414	CAIXA	15	R\$ 45,25	R\$ 678,75
120	LIMA ENDODÔNTICA TIPO K, 31 MM, Nº 45 A 80	50830	430416	CAIXA	10	R\$ 37,60	R\$ 376,00
121	LIMA ENDODONTICA; TIPO RECIPROCANTE, 25MM / R25	5768462	449248	BLISTER 6 UNIDADE	15	R\$ 151,03	2.265,45
122	LIMA ENDODONTICA TIPO PONTA DE IRRIGAÇÃO (25/04) 25MM	4988914	472664	BLISTER 6 UNIDADE	10	R\$ 87,90	R\$ 879,00
123	LUVA CIRÚRGICA Nº 6,5, ESTÉRIL	135631	620075	PAR	1000	R\$ 2,72	R\$ 2.720,00
124	LUVA CIRÚRGICA Nº 7,0 ESTÉRIL	135682	620076	PAR	500	R\$ 7,29	R\$ 3.645,00
125	LUVA DE PROCEDIMENTO LATEX - PEQUENA	3072967	619857	CAIXA 100 UNIDADE	100	R\$ 41,92	R\$ 4.192,00
126	LUVA DE PROCEDIMENTO LATEX - MÉDIA	3072975	619858	CAIXA 100 UNIDADE	100	R\$ 42,23	R\$ 4.223,00
127	LUVA PARA PROCEDIMENTO NITRÍLICA - MÉDIA	4728700	619824	CAIXA 100 UNIDADE	300	R\$ 34,39	R\$ 10.317,00
128	LUVA PARA PROCEDIMENTO NITRÍLICA - GRANDE	4729080	619825	CAIXA 100 UNIDADE	100	R\$ 33,68	R\$ 3.368,00
129	MÁSCARA CIRÚRGICA DESCARTÁVEL COM ELÁSTICO	5901987	485312	CAIXA 50 UNIDADE	200	R\$ 14,52	R\$ 2.904,00

130	MATRIZ DE AÇO ODONTOLÓGICA MOLAR	6241905	427069	CAIXA 20 UNIDADE	20	R\$ 150,33	R\$ 3.006,60
131	MATRIZ DE AÇO ODONTOLÓGICA PREMOLAR	4251288	427068	PACOTE	30	R\$ 157,87	R\$ 4.736,10
132	MATRIZ DE AÇO ODONTOLÓGICA KIT	4251687	418162	KIT	20	R\$ 254,98	R\$ 5.099,60
133	MEDICAÇÃO INTRACANAL BIO C-TEMP	490105	404563	CONJUNTO	20	R\$ 151,48	R\$ 3.029,60
134	ÓCULOS DE PROTEÇÃO	2229072	608634	UNIDADE	20	R\$ 983,89	R\$ 19.677,80
135	OLEO MINERAL PARA LUBRIFICAR CANETA	4933320	246952	UNIDADE	20	R\$ 58,80	R\$ 1.176,00
136	PARAMONOCLOFENOL	204439	429902	UNIDADE	20	R\$ 34,15	R\$ 683,00
137	PASTA DE POLIMENTO ODONTOLÓGICO PARA RESINAS COMPOSTAS	468333	427215	UNIDADE	30	R\$ 83,56	R\$ 2.506,80
138	PASTA PROFILÁTICA	204544	417702	UNIDADE	20	R\$ 17,50	R\$ 350,00
139	PINÇA CLÍNICA Nº 317	6409628	413334	UNIDADE	40	R\$ 44,97	R\$ 1.798,80
140	PLACA DE VIDRO	113301	436846	UNIDADE	20	R\$ 375,78	R\$ 7.515,60
141	PONTA ODONTOL. TORPEDO, LENTILHA E TAÇA	5381380	480152	KIT	25	R\$ 401,67	R\$ 10.041,75
142	POTE DE DAPPEN	4254678	411436	UNIDADE	20	R\$ 6,68	R\$ 133,60
143	PRENDEDOR DE GUARDANAPO	3795756	253697	UNIDADE	20	R\$ 16,07	R\$ 321,40
144	RESINA ACRÍLICA AUTOP., PÓ 25GR, COR 69	4304195	390459	FRASCO	15	R\$ 94,54	R\$ 1.418,10
145	RESINA ACRÍLICA AUTOPOLIMERIZÁVEL, LÍQUIDO	140600	390456	UNIDADE	10	R\$ 48,96	R\$ 489,60
146	RESINA COMPOSTA FILTEK BULK FILL FLOWABLE RESTORATIVE - COR A2	4800761	419656	UNIDADE	15	R\$ 149,61	R\$ 2.244,15
147	RESINA COMPOSTA FOTO, NANOHÍBRIDA - COR A3,5 E	4996607	419656	UNIDADE	30	R\$ 149,61	R\$ 4.488,30
148	RESINA COMPOSTA Z350 XT - COR A1 B	3378861	419656	UNIDADE	20	R\$ 149,61	R\$ 2.992,20
149	RESINA COMPOSTA Z350 XT - COR A1 E	3345572	419656	UNIDADE	15	R\$ 149,61	R\$ 2.244,15
150	RESINA COMPOSTA Z350 XT - COR A2 B	3353460	419656	UNIDADE	40	R\$ 149,61	R\$ 5.984,40
151	RESINA COMPOSTA Z350 XT - COR A2 E	3348687	419656	UNIDADE	40	R\$ 149,61	R\$ 5.984,40
152	RESINA COMPOSTA Z350 XT - COR A3 B	3351980	419656	UNIDADE	60	R\$ 149,61	R\$ 8.976,60
153	RESINA COMPOSTA Z350 XT - COR A3 E	3351823	419656	UNIDADE	35	R\$ 149,61	R\$ 5.236,35
154	RESINA COMPOSTA Z350 XT - COR A3,5 B	3353478	419656	UNIDADE	25	R\$ 149,61	R\$ 3.740,25
155	RESINA COMPOSTA Z350 XT - COR C3 B	3353559	419656	UNIDADE	20	R\$ 149,61	R\$ 2.992,20
156	ROLETE DE ALGODÃO	184560	628477	PACOTE 100 UNIDADE	150	R\$ 19,33	R\$ 2.899,50
157	SABÃO ANTISSEPTICO	6248241	463131	GALÃO 5L	20	R\$ 62,14	R\$ 1.242,80
158	SERINGA DESCARTÁVEL 20 ML	131997	439630	CAIXA 100 UNIDADE	10	R\$ 58,11	R\$ 581,10
159	SILANO	724343	421227	CONJUNTO	20	R\$ 58,99	R\$ 1.179,80

160	SISTEMA ADESIVO DE USO ODONTOLÓGICO FOTOPOLIMERIZÁVEL	4120973	391133	UNIDADE	50	R\$ 252,33	R\$ 12.616,50
161	SOLUÇÃO HEMOSTÁTICA	771473	422554	UNIDADE	20	R\$ 30,68	R\$ 613,60
162	SOLUÇÃO LIMPADORA ENZIMÁTICA	1578413	476022	LITRO	100	R\$ 76,00	R\$ 1.760,00
163	SORO FISIOLÓGICO 0,9%	1792229	268236	UNIDADE	150	R\$ 7,55	R\$ 1.132,50
164	SUGADOR CIRÚRGICO	1358430	406293	UNIDADE	500	R\$ 54,93	R\$ 27.465,00
165	SUGADOR ONDONTOLÓGICO DESCARTÁVEL - PONTA COLORIDA	4651251	406292	UNIDADE	200	R\$ 62,77	R\$ 12.554,00
166	TAÇA DE BORRACHA PARA CONTRA-ÂNGULO	113255	404894	UNIDADE	100	R\$ 32,29	R\$ 3.229,00
167	TESTE DE VITALIDADE PULPAR	1166344	453232	FRASCO 200 MILILITRO	25	R\$ 98,33	R\$ 2.458,25
168	TIRA DE LIXA METÁLICA 4MM	407690	406288	ENVELOPE 50 UNIDADE	20	R\$ 7,65	R\$ 153,00
169	TIRA DE LIXA METÁLICA 6MM	407704	406284	UNIDADE	30	R\$ 40,59	R\$ 1.217,70
170	TIRA DE POLIÉSTER	113212	406147	CAIXA 50 UNIDADE	20	R\$ 14,60	R\$ 292,00
171	TOALHA DESCARTÁVEL	4883390	627264	CAIXA 100 UNIDADE	100	R\$ 36,90	R\$ 3.690,00
172	TOUCA CIRURGICA	1266160	428619	CAIXA 100 UNIDADE	100	R\$ 20,45	R\$ 2.045,00
173	VASELINA SÓLIDA	168947	394023	EMBALAGEM 50 GR	20	R\$ 17,02	R\$ 340,40
174	VERNIZ COM FLÚOR	408336	428166	UNIDADE	20	R\$ 242,70	R\$ 4.854,00
175	TRICRESOL FORMALINA	429972	429972	FRASCO 10ML	20	R\$ 26,04	R\$ 520,80
176	MEDICAÇÃO OCLUSIVA PARA ALVEOLITE	4297970	430905	FRASCO 10 GR	20	R\$ 75,93	R\$ 1.518,60
177	HEMOSTÁTICO LÍQUIDO	771473	422554	FRASCO 10ML	10	R\$ 31,55	R\$ 315,50
178	AGULHA HIPODÉRMICA CÂNULA EM AÇO	3100715	439807	CAIXA 100 UNIDADE	10	R\$ 17,16	R\$ 171,60
179	PERÓXIDO DE HIDROGÊNIO 10 VOLUMES	5548535	277319	FRASCO 1000 MILILITRO	15	R\$ 27,43	R\$ 411,45
180	ESCOVA CIRÚRGICA	3988686	620163	UNIDADE	200	R\$ 18,17	R\$ 3.634,00
181	RESINA FLUÍDA - COR A2	1436848	419656	UNIDADE	20	R\$ 57,82	R\$ 1.156,40
182	PANO LIMPEZA	6365655	449804	ROLO 300 METRO	20	R\$ 116,00	R\$ 2.320,00
183	Hidróxido de Cálcio	5333938	404563	KIT	10	R\$ 11,64	R\$ 116,40
1184	Filme para Radiografia Odontológica	280054	474982	CAIXA 150 UNIDADE	10	R\$ 303,70	R\$ 3.037,00
185	Lima Endodôntica	4906802	438293	CAIXA 6 UNIDADE	10	R\$ 261,12	R\$ 2.611,20
186	LIMA ENDODONTICA RECIPROCANTE	5584965	449248	CAIXA 6 UNIDADES	10	R\$ 151,03	R\$ 1.510,30
187	Dipirona Sódica Concentração: 1	3615332	410023	UNIDADE	3000	R\$ 3,71	R\$ 3.710,00
188	Paracetamol 750MG	112925	267779	UNIDADE	1500	R\$ 7,66	R\$ 11.490,00
189	Nimesulida Dosagem: 100 Mg	208515	273710	UNIDADE	1000	R\$ 0,19	R\$ 190,00
190	Pantoprazol 40MG	5377366	442259	UNIDADE	1500	R\$ 5,99	R\$ 8.985,00
191	Loratadina Concentração: 10mg	213861	273466	UNIDADE	1000	R\$ 3,05	R\$ 3.050,00
192	Hidróxido De Magnésio Comprimido Mastigável	5415535	604747	UNIDADE	1000	R\$ 3,71	R\$ 3.710,00
193	Domperidona Dosagem: 10 M	213918	269962	UNIDADE	1000	R\$ 7,39	R\$ 7.390,00

194	Ondansetrona Cloridrato Concentração: 8 MG	5011132	419015	UNIDADE	1500	R\$ 0,61	R\$ 915,00
195	Paracetamol Apresentação: Associado Com Diclofenaco, Carisoprodol E Cafeína , Dosagem: 300mg + 50mg + 125mg + 30mg	6505538	270917	UNIDADE	3000	R\$ 6,16	R\$ 18.480,00
196	Dimenidrinato Apresentação: Associado Com Piridoxina Cloridrato , Dosagem: 50mg + 10mg	264202	272333	UNIDADE	1000	R\$ 15,89	R\$ 15.890,00
197	Captopril Concentração: 25 M	108146	267613	UNIDADE	1000	R\$ 2,46	R\$ 2.460,00
198	Betametasona Dosagem: 0,5 mg + 1mg/G , Uso: Pomada	4463080	270596	Bisnaga 30 Gramas	200	R\$ 10,23	R\$ 2.046,00
199	Cetoconazol Dosagem: 20 MG/G,	463167	308736	Bisnaga 30 Gramas	200	R\$ 20,21	R\$ 4.042,00
200	Dipirona Sódica Apresentação: Associada À Escopolamina Butilbrometo , Composição: Homatropina Butilbrometo E Hiosciamina Bromidrato , Concentração: 300 Mg + 6,5 Mcg + 1 Mg + 104 MC	6293972	389957	UNIDADE	1000	R\$ 0,78	R\$ 780,00
201	Curativo / Cobertura Aplicação: P/ Ferida , Aspecto Físico: Malha / Gaze	5989329	615407	UNIDADE	1000	R\$ 44,60	R\$ 44.600,00
202	Atadura Ortopédica	6523277	628463	UNIDADE	300	R\$ 0,75	R\$ 225,00
203	Fita Adesiva - Uso Cutâneo	3797848	631794	ROLO 10 METROS	50	R\$ 16,85	R\$ 842,50
204	Agulha Hipodérmica	3797686	443115	CAIXA 100 UNIDADES	5	R\$ 15,03	R\$ 75,15
205	Seringa Material: Polipropileno , Capacidade: 5 ML	6221130	630426	CAIXA 100 UNIDADES	5	R\$ 34,82	R\$ 174,10
206	Álcool Etilico Tipo: Hidratado , Teor Alcoólico: 70% (70° Gl) , Apresentação: Líquido	3825264	269941	Frasco 100 Mililitro	100	R\$ 5,75	R\$ 575,00
207	Otoscópio Tipo: Clínico, Portátil	5626870	631661	UNIDADE	2	R\$ 477,66	R\$ 955,32
208	Esfigmomanômetro Ajuste: Digital	4913582	436498	UNIDADE	4	R\$ 700,00	R\$ 2.800,00
209	Esfigmomanômetro Ajuste: Analógico	5416299	432468	UNIDADE	2	R\$ 215,94	R\$ 431,88
210	Auscultador Material: Em Metal Cromado	5468086	385798	UNIDADE	2	R\$ 3.380,33	R\$ 6.760,66
211	Coletor De Resíduos De Serviço De Saúde	4231120	623112	UNIDADE	30	R\$ 23,65	R\$ 709,50
212	Imobilizador (Órtese) Tipo: P/ Membro Superior	6429530	620007	UNIDADE	100	R\$ 359,99	R\$ 35.999,00
213	Calçado Terapêutico Tamanho M	4424611	459858	PAR	4	R\$ 143,00	R\$ 572,00
214	Calçado Terapêutico Tamanho G	4424611	459858	PAR	4	R\$ 143,00	R\$ 572,00
215	Curativo Cutâneo	6549195	483369	unidade	1000	R\$ 8,53	R\$ 8.530,00
216	Fixador Radiológico	3678822	405632	LITRO	20	R\$ 305,06	R\$ 6.101,20
217	Revelador Radiológico Tipo: Solução Aquosa Pronta P/ Uso , Aplicação: Para Processamento Manual	4604857	405620	LITRO	20	R\$ 324,81	R\$ 6.496,20

218	Ponteira Ultrassom Odontológico	4233166	420040	UNIDADE	20	R\$ 244,00	R\$ 4.880,00
219	Carbono Para Articular Uso Odontológico	908665	406150	ROLO 20 METROS	20	R\$ 240,15	R\$ 4,803,00
220	Isolante - Uso Odontológico	1746383	413640	UNIDADE	30	R\$ 28,42	R\$ 852,60
TOTAL							R\$ 619.545,86

1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de Dezembro de 2023.

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como bens de consumo, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, observando o disposto no artigo 20 da Lei nº 14.133, de 2021 e no Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.

1.4. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, na forma do artigo 84 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato estabelece a disciplina que será aplicada em relação à vigência da contratação.

Subcontratação

1.6. O Contratado não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, nos termos do Decreto Estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA: DFD nº 186 e 187/2025.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada a seguir, neste Termo de Referência .

3.1.1. A contratada entregará os objetos na sede do Comando de Policiamento do interior 5, CPI-5, aqui descritos conforme conforme segue:

3.1.1.1. ÁCIDO FLUORÍDRICO PARA PRÓTESE; especificação técnica: ácido fluorídrico; para prótese odontológica; com teor de dosagem 10%, espessante e água deionizada e corante; condicionador de porcelanas dentais para adesão em processos de restaurações. Apresentado em gel; acondicionado em seringa com 2.5ml; rotulo com número de lote, data de fabricação/validade, fórmula, condição de armazenamento e procedência; **total de 1 unidade (seringa 2,5 mililitro).**

3.1.1.2. ÁCIDO FOSFÓRICO 37%; especificação técnica: condicionador de esmalte; em gel; acondicionado em seringa com mínimo de 2.5ml; composto basicamente por ácido fosfórico a 37%; embalado individualmente; constando externamente marca comercial, procedência de fabricação, recomendações para armazenamento; validade mínima de 2 anos da data de entrega; **total de 51 unidades (seringa 2,5 mililitro).**

3.1.1.3. AGULHA GENGIVAL DESCARTÁVEL; CALIBRE G-30 CURTA; especificação técnica: agulha gengival descartável; calibre g-30 curta, com canula de comprimento de 25 mm; confeccionada em aço

inoxidável, siliconizada e tribiselada, esterilizada; embalada individualmente em estojo plástico de proteção c/ lacre de segurança, canhão c/ rosca interna universal; em caixa com 100 unidades; **total de 4 unidades (caixa com 100 unidades).**

3.1.1.4. AGULHA GENGIVAL DESCARTÁVEL; CALIBRE G-27 LONGA; especificação técnica: calibre g-27 longa, 30 x 0,40; matéria-prima: confeccionada em aço inoxidável, siliconizada e tribiselada, esterilizada; embalagem: embalada individualmente em estojo plástico de proteção c/ lacre de segurança, canhão c/ rosca interna universal; apresentação: em caixa com 100 unidades, em material apropriado que garanta a integridade do produto; identificação: constando externamente marca comercial, procedência de fabricação; armazenamento: fabricada em conformidade com legislação vigente; validade: validade mínima de 2 anos; **total de 4 unidades (caixa com 100 unidades).**

3.1.1.5. AGULHA HIPODERMICA ENDODÔNTICA PARA IRRIGAÇÃO; especificação técnica: agulha hipodermica para uso odontológico; para irrigação endodôntica, reposição mk life; canhão plástico atóxico em polipropileno; canula em aço inox; possui saída lateral (meia-cana) do líquido irrigante, o que evita extravasar para o apical; encaixe na seringa tipo luer-lock; protetor em polipropileno atóxico; nas dimensões de diâmetro 27g e comprimento de 25 mm; embalado em material que garanta a integridade do produto; constando externamente marca comercial, procedência de fabricação, produto de acordo com legislação vigente; **total de 1 unidade (caixa com 100 unidades).**

3.1.1.6. ÁLCOOL ETÍLICO 70%; especificação técnica: álcool etílico; a 70%; para desinfecção de superfícies e artigos semi-críticos e não críticos; frasco de 5 litros, contendo dados de identificação, nº de lote, validade e responsável técnico; em material que garanta a integridade do produto; **total de 54 unidades (frasco de 1 litro).**

3.1.1.7. ANESTÉSICO ARTICAINA 4% COM EPINEFRINA 10MG; especificação técnica: anestésico local injetável de uso odontológico; cloridrato de articaina 40mg, epinefrina 5ug, metabisulfito de sódio, cloreto de sódio e veic.qsp; articaina com epinefrina 1:200.000; caixa com 50 tubetes de cristal com 1,8 ml cada, distribuídos em 05 blisters com 10 unidades cada; constando externamente marca comercial, procedência de fabricação, recomendações de armazenamento, validade, bula interna; recomendações de armazenamento: conservar em lugar fresco (máximo 25°C) e ao abrigo da luz; validade mínima de 12 meses na data de entrega; **total de 50 unidades (tubete de 1,8 mililitro).**

3.1.1.8. ANESTÉSICO MEPIVACAINA 2% COM EPINEFRINA; especificação técnica: anestésico local injetável de uso odontológico; mepivacaina 2% c/ adrenalina; tubetes com 1,8ml; embalado em caixa c/50 tubetes em blister lacrado c/10 tubetes cada, de cristal c/embolo de silicone; constando externamente marca comercial, procedência de fabricação; recomendações para armazenamento; validade mínima de 2 anos da data de entrega; **total de 250 unidades (tubete de 1,8 mililitro).**

3.1.1.9. ANESTÉSICO PRILOCAÍNA 3% COM FELIPRESSINA; especificação técnica: anestésico local injetável de uso odontológico; mepivacaina 2% c/ adrenalina; tubetes com 1,8ml; embalado em caixa c/50 tubetes em blister lacrado c/10 tubetes cada, de cristal c/embolo de silicone; constando externamente marca comercial, procedência de fabricação; recomendações para armazenamento; validade mínima de 2 anos da data de entrega; **total de 50 unidades (tubete de 1,8 mililitro).**

3.1.1.10. ANESTÉSICO TÓPICO EM GEL; especificação técnica: anestésico tópico em forma de gel, benzocaina a 20%, hidrossolúvel, com sabores diversos, em pote, constando externamente marca comercial, procedência de fabricação, recomendações para armazenamento, validade mínima de 2 anos da data de entrega; **total de 1 unidade (pote 12 gramas).**

3.1.1.11. APLICADOR DESCARTÁVEL COM HASTE MULTI-ARTICULADA FINO; especificação técnica: aplicador descartável com haste multi-articulada, tamanho fino, fibras não absorventes, em caixa com no mínimo 100 unidades, constando externamente marca comercial, procedência de fabricação; **total de 1 unidade (pacote com 100 unidades).**

3.1.1.12. APLICADOR DESCARTÁVEL COM HASTE MULTI-ARTICULADA REGULAR; especificação técnica: aplicador descartável com haste multi-articulada, tamanho regular, fibras não absorventes, embalagem com 100 unidades, constando externamente marca comercial, procedência de fabricação; **total de 1 unidade (pacote com 100 unidades).**

3.1.1.13. AVENTAL CIRÚRGICO DESCARTÁVEL; especificação técnica: avental descartável; em tnt, não tecido (100% polipropileno), na gramatura 40gr/m², na cor branca, tamanho gg; acabamento em overlock com abertura nas costas e fechamento com tiras na cintura; com manga longa e elástico nos punhos 1,4m; decote com vies, redondo, e um par de tiras para amarrar no pescoço; embalado em material que garanta a integridade do produto; o produto deverá obedecer a legislação atual vigente; **(total de 300 unidades)**.

3.1.1.14. BABADOR ODONTOLÓGICO; especificação técnica: babador odontológico; em 3 camadas: 2 em papel absorvente e 1 em polietileno; medindo 30 x 45 cm aproximadamente; uso descartável; embalagem com 100 unidades; **total de 18 unidades (embalagem com 100 unidades)**.

3.1.1.15. BICARBONATO DE SÓDIO; especificação técnica: bicarbonato de sódio odontológico em pó, compatível com aparelho de profilaxia marca dabi atlante, em envelope com 40 g, acondicionados em caixa, constando externamente marca comercial, procedência de fabricação, recomendações para armazenamento, validade mínima de 2 anos da data de entrega; **total de 1 unidade (sachê com 40 gramas)**.

3.1.1.16. BROCA ALTA ROTAÇÃO, CARBIDE, Nº 5; especificação técnica: broca odontológica para alta rotação; aco carbide; número 05; esférica; esterilização em autoclave; embalagem individual; os instr. rotatórios odontol. deverão obedecer a legislação vigente; **(total de 5 unidades)**.

3.1.1.17. BROCA ALTA ROTAÇÃO, CARBIDE, Nº 702C; especificação técnica: broca odontológica para alta rotação; aco carbide; número 702 c; haste extra longa 25mm;ônica denteadas; cirurgica; esterilização em autoclave; embalagem individual; os instr. rotatórios odontol. deverão obedecer a legislação vigente; **(total de 2 unidades)**.

3.1.1.18. BROCA ALTA ROTAÇÃO, CARBIDE, Nº 9406FF; especificação técnica: broca odontológica para alta rotação; aco carbide; número 9572ff; multilaminada de 30 lâminas; cilíndricaônica de extremidade arredondada; para acabamento; esterilização em autoclave; embalagem individual; os instr. rotatórios odontol. deverão obedecer a legislação vigente; **(total de 2 unidades)**.

3.1.1.19. BROCA ALTA ROTAÇÃO CÔNICA ARREDONDADA Nº 2135-F; especificação técnica: broca para uso odontológico para alta rotação, diamantada,ônica arredondada, número 2135 f, conforme legislação vigente para os instrumentos rotativos odontológicos, passível de esterilização em meios físico-químicos, embalada individualmente, contendo externamente marca comercial, numeração, procedência de fabricação; **(total de 4 unidades)**.

3.1.1.20. BROCA ALTA ROTAÇÃO DIAMANTADA CÔNICO TOPO CHAMA Nº 3195-F; especificação técnica: broca odontológica para alta rotação; diamantada; número 3195 f; fina;ônica de topo em chama; para prótese e dentística; esterilização em autoclave; embalagem individual; os instr. rotatórios odontol. deverão obedecer a legislação vigente; **(total de 6 unidades)**.

3.1.1.21. BROCA ALTA ROTAÇÃO DIAMANTADA ESFÉRICA Nº 1011; especificação técnica: broca odontológica para alta rotação; diamantada; número 1011; esférica; esterilização em autoclave; embalagem individual; os instr. rotatórios odontol. deverão obedecer a legislação vigente; **(total de 4 unidades)**.

3.1.1.22. BROCA ALTA ROTAÇÃO DIAMANTADA ESFÉRICA Nº 1012; especificação técnica: broca odontológica para alta rotação; diamantada; número 1012; esférica; esterilização em autoclave; embalagem individual; os instr. rotatórios odontol. deverão obedecer a legislação vigente; **(total de 10 unidades)**.

3.1.1.23. BROCA ALTA ROTAÇÃO DIAMANTADA ESFÉRICA Nº 1014; especificação técnica: broca para uso odontológico para alta rotação, diamantada, esférica, número 1014, conforme as normas nbr/iso 9002/1994 para os instrumentos rotativos odontológicos, passível de esterilização em meios físico-químicos, embalada individualmente, contendo externamente marca comercial, numeração, procedência de fabricação; **(total de 12 unidades)**.

3.1.1.24. BROCA ALTA ROTAÇÃO DIAMANTADA ESFÉRICA Nº 1012 HL; especificação técnica: broca odontológica para alta rotação; diamantada; número 1012 hl; haste longa; esférica; esterilização em autoclave; embalagem individual; os instr. rotatórios odontol. deverão obedecer a legislação vigente; **(total de 7 unidades)**.

3.1.1.25. BROCA ALTA ROTAÇÃO DIAMANTADA ESFÉRICA Nº 1014 HL; especificação técnica: broca odontológica para alta rotacao; diamantada; numero 1014 hl; haste longa; esferica; esterilizacao em autoclave; embalagem individual; os instr. rotatorios odontol. deverao obedecer a legislacao vigente; **(total de 7 unidades)**.

3.1.1.26. BROCA ALTA ROTAÇÃO DIAMANTADA ESFÉRICA Nº 1015; especificação técnica: broca para uso odontológico para alta-rotacao, diamantada, esferica, numero 1015, conforme legislacao vigente para os instrumentos rotativos odontologicos, passivel de esterilizacao em meios fisico-quimicos, embalada individualmente, contendo externamente marca comercial, numeracao, procedencia de fabricacao; **(total de 7 unidades)**.

3.1.1.27. BROCA ALTA ROTAÇÃO DIAMANTADA ESFÉRICA Nº 1016 HL; especificação técnica: broca odontológica para alta rotacao; diamantada; numero 1016 hl; haste longa; esferica; esterilizacao em autoclave; embalagem individual; os instr. rotatorios odontol. deverao obedecer a legislacao vigente; **(total de 2 unidades)**.

3.1.1.28. BROCA ALTA ROTAÇÃO DIAMANTADA Nº 1046; especificação técnica: broca odontologica para alta rotacao; diamantada; numero 1046; cone invertido; esterilizacao em autoclave; embalagem individual; os instr. rotatorios odontol. deverao obedecer a legislacao vigente; **(total de 5 unidades)**.

3.1.1.29. BROCA ALTA ROTAÇÃO DIAMANTADA TOPO PLANO Nº 1091; especificação técnica: broca odontologica para alta rotacao; diamantada; numero 1091; cilindrica de topo plano; esterilizacao em autoclave; embalagem individual; os instr. rotatorios odontol. deverao obedecer a legislacao vigente; **(total de 5 unidades)**.

3.1.1.30. BROCA ALTA ROTAÇÃO DIAMANTADA TOPO PLANO Nº 1095; especificação técnica: broca odontologica para alta rotacao; diamantada; numero 1095; cilindrica de topo plano; esterilizacao em autoclave; embalagem individual; os instr. rotatorios odontol. deverao obedecer a legislacao vigente; **(total de 2 unidades)**.

3.1.1.31. BROCA ALTA ROTAÇÃO DIAMANTADA Nº 1190F; especificação técnica: broca odontologica para alta rotacao; diamantada; numero 1190 f; conica de topo em chama; para protese e dentistica; esterilizacao em autoclave; embalagem individual; os instr. rotatorios odontol. deverao obedecer a legislacao vigente; **(total de 6 unidades)**.

3.1.1.32. BROCA ALTA ROTAÇÃO DIAMANTADA Nº 2135; especificação técnica: materia prima: diamantada; numeracao: numero 2135; haste;; granulometria: grossa; formato: tronco conica de topo arredondado; finalidade: para protese e dentistica; esterilizacao: esterilizacao em autoclave; embalagem: embalagem individual; legislacao: os instr. rotatorios odontol. deverao obedecer a legislacao vigente; **(total de 6 unidades)**.

3.1.1.33. BROCA ALTA ROTAÇÃO DIAMANTADA Nº 3118; especificação técnica: broca odontologica para alta rotacao; diamantada; numero 3118; chama; esterilizacao em autoclave; embalagem individual; os instr. rotatorios odontol. deverao obedecer a legislacao vigente; **(total de 8 unidades)**.

3.1.1.34. BROCA ALTA ROTAÇÃO DIAMANTADA Nº 3118 F; especificação técnica: materia prima: diamantada; numeracao: numero 3118 f; haste;; granulometria: fina; formato: chama; finalidade;; esterilizacao: esterilizacao em autoclave; embalagem: embalagem individual; legislacao: os instr. rotatorios odontol. deverao obedecer a legislacao vigente; **(total de 6 unidades)**.

3.1.1.35. BROCA ALTA ROTAÇÃO DIAMANTADA Nº 3168F; especificação técnica: broca odontologica para alta rotacao; diamantada; numero 3168 f; fina; chama; esterilizacao em autoclave; embalagem individual; os instr. rotatorios odontol. deverao obedecer a legislacao vigente; **(total de 4 unidades)**.

3.1.1.36. BROCA ALTA ROTAÇÃO DIAMANTADA Nº 3195F; especificação técnica: broca odontologica para alta rotacao; diamantada; numero 3195 f; fina; conica de topo em chama; para protese e dentistica; esterilizacao em autoclave; embalagem individual; os instr. rotatorios odontol. deverao obedecer a legislacao vigente; **(total de 2 unidades)**.

3.1.1.37. BROCA ALTA ROTAÇÃO DIAMANTADA Nº 3195FF; especificação técnica: materia prima: diamantada; numeracao: numero 3195 ff; haste;; granulometria: extra fina; formato: conica de topo em chama; finalidade: para protese e dentistica; esterilizacao: esterilizacao em autoclave; embalagem: embalagem individual; legislacao: os instr. rotatorios odontol. deverao obedecer a legislacao vigente; **(total de 6 unidades)**.

3.1.1.38. BROCA ALTA ROTAÇÃO DIAMANTADA Nº 4138G; especificação técnica: broca odontológica para alta rotacao; diamantada; numero 4138g; tronco conica de topo arredondado; para protese e dentistica; esterilizacao em autoclave; embalagem individual; os instr. rotatorios odontol. deverao obedecer a legislacao vigente; **(total de 4 unidades)**.

3.1.1.39. BROCA ALTA ROTAÇÃO, SHOFU ARKANSAS, Nº 4702; especificação técnica: broca odontológica para alta rotacao; oxido de aluminio; numero 4702 (ou compatível) ; tipo shofu arkansas; micro granulado; formato de chama; para acabamento de restauração em resina e porcelana, nao corta o esmalte; esterilizacao em autoclave; formato chama; embalagem individual, em material apropriado que garanta a integridade do produto; os instr.rotatorios odontol.deverao obedecer a legislação vigente; **(total de 4 unidades)**.

3.1.1.40. BROCA ALTA ROTAÇÃO, SHOFU ARKANSAS, Nº FG 4702, especificação técnica: broca odontológica para alta rotacao; em oxido de alumínio ultra fino; numero fg 4702 tipo shofu arkansas; em forma de lança ou lápis; para acabamento de restauracao em resina e porcelana, nao corta o esmalte; esterilizacao em autoclave; formato lápis; embalagem individual em material apropriado que garanta a integridade do produto; os instr.rotatorios odontol.deverao obedecer a legislação vigente; **(total de 10 unidades)**.

3.1.1.41. BROCA ALTA ROTAÇÃO, ZEKRYA, Nº 151 HASTE 28MM; especificação técnica: broca odontológica para alta rotacao; aco carbide, tipo zekrya; numero 151; haste 28mm e ponta ativa de 11mm; tronco conico com ponta ativa, com seis laminas helicoidais, para desempenho livre de vibrações; para uso cirurgico; esterilizacao em meios fisico quimicos sem sofrer oxidação; embalagem individual, em material apropriado que garanta a integridade do produto; os instr.rotatorios odontol.deverao obedecer a legislacao vigente; **(total de 1 unidade)**.

3.1.1.42. BROCA BAIXA ROTAÇÃO CONTRA ÂNGULO GATES GLIDDEN, Nº 1; especificação técnica: broca odontológica para contra angulo; aco inox tipo gates-glidden; numero -1; haste 28mm; em chama, ponta inativa; para endodontia; esterilizacao em autoclave; embalagem individual; os instrum. rotatorios odontolog. deverao obedecer a legislacao vigente; **(total de 6 unidades)**.

3.1.1.43. BROCA BAIXA ROTAÇÃO CONTRA ÂNGULO GATES GLIDDEN, Nº 2; especificação técnica: broca odontológica para contra angulo; aco inox tipo gates-glidden; numero -2; haste 28mm; em chama, ponta inativa; para endodontia; esterilizacao em autoclave; embalagem individual; os instrum. rotatorios odontolog. deverao obedecer a legislacao vigente; **(total de 6 unidades)**.

3.1.1.44. BROCA BAIXA ROTAÇÃO CONTRA ÂNGULO GATES GLIDDEN, Nº 3; especificação técnica: broca odontológica para contra angulo; aco inox tipo gates-glidden; numero -3; haste 28mm; em chama, ponta inativa; esterilizacao em autoclave; embalagem individual; os instrum. rotatorios odontolog. deverao obedecer a legislacao vigente; **(total de 6 unidades)**.

3.1.1.45. BROCA CONTRA ÂNGULO LARGO PEEZO, KIT Nº 1 AO 6; especificação técnica: broca odontológica baixa Rotação Contra Ângulo modelo similar/equivalente ou superior a Gates Glidden n4; embalagem individual, em kit com 6 unidades, em embalagem apropriada que garanta a integridade do produto; os instrum. rotatorios odontolog. deverao obedecer a legislacao vigente; **total de 2 unidade (kit com 6 unidades cada)**.

3.1.1.46. BROCA BAIXA ROTAÇÃO CONTRA ANGULO Nº 4; especificação técnica: broca odontológica para contra angulo; aco carbide; numero 04; haste 22mm; esferica; esterilizacao em autoclave; embalagem individual; os instrum. rotatorios odontolog. deverao obedecer a legislacao vigente; **(total de 4 unidades)**.

3.1.1.47. BROCA BAIXA ROTAÇÃO CONTRA ANGULO Nº 8 CARBIDE; especificação técnica: broca odontológica para contra angulo; aco carbide; numero 06; haste 22mm; esferica; esterilizacao em autoclave; embalagem individual; os instrum. rotatorios odontolog. deverao obedecer a legislacao vigente; **(total de 4 unidades)**.

3.1.1.48. BROCA PEÇA DE MÃO, MAXICUT, FORMATO EM CHAMA; especificação técnica: broca odontológica para peca de mao; carbide tungstenio tipo maxicut; numero 23 mg modelo mini; haste 44mm; corte cruzado grosso; em chama; para acabamento em resina, metal e ceramica; esterilizacao em autoclave; embalagem individual; os instrum. rotatorios odontolog. deverao obedecer a legislacao vigente; **(total de 1 unidade)**.

3.1.1.49. BROCA ALTA ROTAÇÃO ENDO Z Nº 152 HASTE 23MM; especificação técnica: broca odontológica para alta rotação; aco carbide tipo endo z; numero 152; haste 23 mm; tronco conico com extremidade inativa; para preparo da camara pulpar em endodontia; esterilizacao em autoclave; embalagem individual; os instr.rotatorios odontol.deverao obedecer a legislacao vigente; **(total de 5 unidades)**.

3.1.1.50. BROCA PEÇA DE MÃO, MAXICUT, TRONCO CÔNICA; especificação técnica: broca odontológica para peça de mão; carbide tungstenio, tipo maxicut; numero 75 gx; haste 44mm; corte cruzado grosso; tronco conica com ponta arredondada; para acabamento em resina, metal e ceramica; esterilizacao em autoclave; embalagem individual; os instrum. rotatorios odontolog. deverao obedecer a legislacao vigente; **(total de 1 unidade)**.

3.1.1.51. CABO PARA ESPELHO; especificação técnica: cabo para espelho; bucal adulto; cabo contendo inscricao do numero e marca; extremidade de superficie irregular; confeccionado conforme nbr 7153-1 em aco inoxidavel, acabamento e polimento perfeitos; passivel de esterilizacao em meios fisico-quimicos; embalado individualmente, em material apropriado que garanta a integridade do produto; constando externamente marca comercial, procedencia de fabricacao; **(total de 30 unidades)**.

3.1.1.52. CANETA DE ALTA ROTAÇÃO ODONTOLÓGICA COM ILUMINAÇÃO DE LED, REFRIGERAÇÃO COM SPRAY TRÍPLO; especificação técnica: caneta de alta rotação odontológica; rotação 390.000 rpm, com iluminacao por sistema led e gerador integrado; refrigeracao com spray triplo; encaixe universal borden; troca de brocas por botao de pressao, cabeca pequena com diametro de 10,4mm; confeccionada em aluminio anodizado (corpo da caneta), rolamento ceramico; numero de serie e e simbolos graficos gravados no corpo da caneta de acordo c/nbr 9687; embalada em estojo, acompanha oleo lubrificante; constando externamente marca comercial e procedencia. registros de acordo com legislacao vigente; garantia minima de 01 ano; garantia de assistencia tecnica e pecas de reposicao por 5 anos, manual de operacao, manutencao, lubrificacao e seguranca; **(total de 2 unidades)**.

3.1.1.53. CIMENTO DE FOSFATO DE ZINCO LÍQUIDO SSWHITE; especificação técnica: cimento de fosfato de zinco uso odontológico; liquido; liquido em frasco com aproximadamente 10ml; composto basicamente por acido fosforico, hidroxido de aluminio, oxido de zinco e agua destilada; embalado individualmente em material apropriado que garanta a integridade do produto; recomendacoes para armazenamento; validade minima de 2 anos da data de entrega; **total de 1 unidade (frasco 10 mililitro)**.

3.1.1.54. CIMENTO DE FOSFATO DE ZINCO PÓ SSWHITE; especificação técnica: cimento de fosfato de zinco uso odontológico; po; po em frasco com aproximadamente frasco 28 gramas; composto basicamente de oxido de zinco a base de oxido de zinco e oxido de magnesio; constando externamente marca comercial, procedencia de fabricação; recomendações para armazenamento; validade minima de 2 anos da data de entrega; **total de 1 unidade (frasco 28 gramas)**.

3.1.1.55. CIMENTO ENDODÔNTICO - SEALER PLUS; especificação técnica: cimento endodontico; pasta /pasta, a base de resina epoxi, reposicao dosealer plus/ mk life; pasta a: 6,5g base; composicao basica : com oxido de zirconio, bisfenol f resina epoxi e hidroxido de calcio; pasta b: 9,5g de catalizador; composicao basica: com oxido de zirconio, hidroxido de calcio e tungstato de calcio; embalagem embalagem seringa dupla de auto-mistura da pasta a e b c/16g no total; constando externamente marca comercial e proc. de fabricacao, embalado em mat. apropriado que garanta integridade do produto; recomendacoes de armazenamento em temperatura ambiente, conforme fabricante; validade minima de 18 meses a partir da data de entrega; **total de 2 unidades (seringa 12 gramas)**.

3.1.1.56. CIMENTO ODONTOLÓGICO IRM - PÓ + LÍQUIDO; especificação técnica: cimento de oxido de zinco uso odontológico; reforcado tipo ii; apresentacao conjunto de po e liquido; po em frasco com aproximadamente 38 gramas; composto basicamente de oxido de zinco c/resinas nat. ou sinteticas, perolas de polimeros; acelerador de presa (acet. de zn ou sais de zn); liquido em frasco com aproximadamente 20 ml; composto basicamente por eugenol; apresentando 350 a 400 kgf/cent.quadrado de resistencia a comp.; embalado individualmente em caixa, em material apropriado que garanta integridade do produto; constando externamente marca comercial, procedencia de fabricação; recomendacoes para armazenamento; validade minima de 2 anos da data de entrega; **total de 2 unidades (frasco 38 gramas)**.

3.1.1.57. CIMENTO ODONTOLÓGICO RESINOSO RELYX U200 NA COR A2; especificação técnica: cimento resinoso uso odontológico; para cimentação de restaurações indiretas, autoadesivo, universal, de polimerização dual; em kit contendo 1 seringa automix com 8,5 g, com 10 pontas misturadoras regulares; 5 pontas de maior diâmetro e 5; **total de 1 unidade (seringa 8,5 gramas).**

3.1.1.58. CLOREXIDINA 0,12%, ANTISSEPTICO BUCAL; especificação técnica: antisséptico bucal; composto gluconato de clorexidina a 0,12%; água, glicerina, etanol, polisorbato 20, composição aromática com sabor, sacarina to de sódio; embalado em frasco com 250 ml, acondicionado em caixa; constando externamente marca comercial, procedência de fabricação, recomendação, instruções; validade mínima de 02 anos da data de entrega; **total de 14 unidades (frasco 250 mililitro).**

3.1.1.59. CLOREXIDINA 2%, SOLUÇÃO DEGERMANTE; especificação técnica: clorexidina digluconato; apresentação em frasco de 1 litro; concentração de 2%, pH de 5,5 a 7,0, solução anti-septica degermante, gliconato de clorexidina; categoria de uso farmacêutico, anti-septico, isento de irritabilidade dérmica e mucosa; padrão anvisa; **total de 3 unidades (frasco 1000 mililitro).**

3.1.1.60. COLETOR PARA MATERIAL PERFURO-CORTANTE PALELÃO 1,5 L; especificação técnica: coletor para material perfuro-cortante; em material resistente papelão, revestido internamente com material impermeável contendo saco plástico; com sistema de abertura e fechamento possui tampa com trava de segurança; em formato retangular; com capacidade de 1,5 litros; o produto deverá atender ao cumprimento da nbr 13853; **(total de 4 unidades).**

3.1.1.61. COMPRESSA DE GAZE 13 FIOS 7,5 X 7,5 CM; especificação técnica: compressa gaze; hidrofila, não esteril, medindo 7,5 x 7,5 cm, com 5 dobras e 8 camadas, 13 fios/cm²; bordas bem aparadas, s/ fios soltos, s/ alvejante óptico, isento de amido, boa capacidade de absorção; autoclavável, medindo aberta 15 x 30 cm; **total de 20 unidades (embalagem 500 unidades).**

3.1.1.62. CONE DE PAPEL, ESTÉRIL, 15 A 40; especificação técnica: cone de papel uso endodôntico; número 15 a 40, esteril; embalagem em caixa com no mínimo 20 unidades de cada número; constando externamente marca comercial, procedência de fabricação; validade mínima de 1 ano da data de entrega; **total de 2 unidades (embalagem 120 unidades).**

3.1.1.63. CONE DE PAPEL, ESTÉRIL, 45 A 80; especificação técnica: cone de papel uso endodôntico; número 45 a 80, esteril; embalagem em caixa com no mínimo 20 unidades de cada número; constando externamente marca comercial, procedência de fabricação; validade mínima de 1 ano da data de entrega; **total de 2 unidades (embalagem 120 unidades).**

3.1.1.64. CONE DE PAPEL SORTIDO, ESTÉRIL, F1, F2 E F3 (EMBAL. 24 UNID. CADA); especificação técnica: cone de papel uso endodôntico; sortida, f1, f2 e f3, estereis, para instrumentos rotatórios; embalagem em caixa com 72 cones, contendo células lacradas com 24 cones estereis de cada número, aprox.; constando externamente marca comercial e procedência de fabricação; validade mínima de 12 meses da data de entrega; **total de 1 unidade (embalagem 120 unidades).**

3.1.1.65. CONE DE GUTAPERCHA ACESSÓRIO, CALIBRE FM; especificação técnica: cone de gutapercha; acessório, calibre fm, 28 mm de comprimento; composto de gutapercha, óxido de zinco, corantes minerais; embalado em caixa com 120 pontas em média, em material apropriado que garanta integridade do produto; constando externamente marca comercial, procedência e validade mínima de 12 meses da entrega; **total de 2 unidades (embalagem 120 unidades).**

3.1.1.66. CONE DE GUTAPERCHA ACESSÓRIO, CALIBRE M; especificação técnica: cone de gutapercha; acessório, calibre m, 28 mm de comprimento; composto de gutapercha, óxido de zinco, corantes minerais; embalado em caixa com 120 pontas em média, em material apropriado que garanta integridade do produto; constando externamente marca comercial, procedência e validade mínima de 12 meses da entrega; **total de 2 unidades (embalagem 120 unidades).**

3.1.1.67. CONE DE GUTAPERCHA, SORTIDO, SISTEMA PROTAPER, F1, F2 E F3; especificação técnica: cone de gutapercha; acessório, kit sortido: série f1, f2 e f3, 28mm de comprimento, compatível com sistema protaper; acondicionado em material apropriado que garanta a integridade do produto; embalado em

caixa, registro conforme legislação vigente; constando externamente marca comercial e procedencia de fabricação, validade mínima de 2 anos a partir da data de entrega; **total de 1 unidade (embalagem 80 unidades).**

3.1.1.68. CONE DE GUTAPERCHA, SECUNDÁRIO R7; especificação técnica: cone de gutapercha; calibre secundário r7; composição em óxido de zinco; embalado em caixa com 120 pontas; constando externamente marca comercial, procedência de fabricação e validade mínima de 4 anos; **total de 2 unidades (embalagem 120 unidades).**

3.1.1.69. CURETA PERIODONTAL GRACEY, G5-G6; especificação técnica: cureta periodontal; gracey g5/g6; cabo com gravação visível e indelevel da marca e numeração; extremidade de superfície irregular denteada, com ranhuras ou rugosidades; ponta ativa com angulos de corte precisos; encaixes perfeitos e alinhados; confeccionada conforme nbr 7153-1 em aço inox com acabamento e polimento perfeito; embalada individualmente; constando externamente marca comercial e procedencia de fabricação; **(total de 1 unidade).**

3.1.1.70. CURETA PERIODONTAL GRACEY, G7-G8; especificação técnica: cureta periodontal; gracey g7/g8; cabo com gravação visível e indelevel da marca e numeração; extremidade de superfície irregular denteada, com ranhuras ou rugosidades; ponta ativa com angulos de corte precisos; encaixes perfeitos e alinhados; confeccionada conforme nbr 7153-1 em aço inox com acabamento e polimento perfeito; embalada individualmente; constando externamente marca comercial e procedencia de fabricação; **(total de 1 unidade).**

3.1.1.71. CURETA PERIODONTAL GRACEY, G11-G12; especificação técnica: cureta periodontal; gracey g11/g12; cabo com gravação visível e indelevel da marca e numeração; extremidade de superfície irregular denteada, com ranhuras ou rugosidades; ponta ativa com angulos de corte precisos; encaixes perfeitos e alinhados; confeccionada conforme nbr 7153-1 em aço aisi com acabamento e polimento perfeito; embalada individualmente; constando externamente marca comercial e procedencia de fabricação; **total de 1 unidade).**

3.1.1.72. CURETA PERIODONTAL GRACEY, G13-G14; especificação técnica: cureta periodontal; gracey g13/g14; cabo com gravação visível e indelevel da marca e numeração; extremidade de superfície irregular denteada, com ranhuras ou rugosidades; ponta ativa com angulos de corte precisos; encaixes perfeitos e alinhados; confeccionada conforme nbr 7153-1 em aço aisi com acabamento e polimento perfeito; embalada individualmente; constando externamente marca comercial e procedencia de fabricação; **(total de 1 unidade).**

3.1.1.73. CUNHA INTERDENTAL; especificação técnica: cunha interdental; confeccionada em madeira, formato anatomico da ameia; pacote com 500 unidades, em 5 tamanhos sortidos codificados por cores; constando externamente quantidade, marca comercial, procedencia de fabricação; **total de 2 unidades (caixa 500 unidades).**

3.1.1.74. DESSENSIBILIZADOR DE DENTINA EM GEL DE BAIXA VISCOSIDADE; especificação técnica: dessensibilizador de dentina; gel de baixa viscosidade; composto basicamente por fluoreto de sodio a 0,2% e nitrato de potassio; em embalagem contendo 1 seringa com 2.5 g e 1 pont; constando externamente marca comercial, procedencia de fabricação e data de validade minima de 12 meses da data de entrega; **total de 2 unidades (seringa 2,5 gramas).**

3.1.1.75. DETERGENTE ENZIMÁTICO; especificação técnica: solucao limpadora enzimatica; com no minimo 4 enzimas: amilase, lipase e protease; nao ionica; nao irritante para pele e mucosa; contendo ph neutro; nao corrosivo, biodegradavel, atoxico, inodoro; formacao de pouca espuma; especifico para limpeza de instrumentais, equip. e artigos medicos em lavadora ultrasonica ou automatica e manual; acondicionado em galão de 1 litro que garanta a integridade do produto; **total de 5 unidades (litro).**

3.1.1.76. DIQUE DE BORRACHA PARA ISOLAMENTO ABSOLUTO; especificação técnica: lencol de borracha para isolamento absoluto; para isolamento dentario absoluto, não estéril, uso único; de latex 100% natural, alta resistencia, cor azul; embalado em caixa com no minimo 26 folhas de 13cm x 13cm (+/-2cm); constando externamente marca comercial e procedencia de fabricação; validade minima de 2 anos da data de entrega; **total de 5 unidades (embalagem 26 unidades).**

3.1.1.77. DISCO DE LIXA, GRANULAÇÃO FINA; especificação técnica: disco de lixa odontologico; de dorso de uretano e papel coberto com abrasivo de oxido de aluminio; para acabamento e polimento de resina composta; com 1/2 polegada, sem mandril; granulacao fina; embalado em caixa com no minimo 30 unidades; constando externamente marca comercial e procedencia, registros de acordo com legislacao vigente; **(total de 30 unidades).**

3.1.1.78. EDTA; especificação técnica: edta para uso odontológico; solução 17% com tensativo anionico; composto por ac. etileno diamino tetracético 17%, lauril dietilenog., eter sulf. de na, hidr. de na, água deioniz.; ph 7,0 - 8,0; desobstrução de canais radiculares e remoção de magma dentinario; embalado em frasco plástico; validade mínima de 1 ano a partir da data da entrega. frasco contendo 20 ml; **total de 50 unidades (frasco 20 mililitro).**

3.1.1.79. EMBALAGEM PARA ESTERILIZAÇÃO 10MM X 100M; especificação técnica: embalagem descartável para esterilização; medindo 100 mm x 100 m, em rolo sem pregas, sem microfuros, sem área queimada, limpa; com bordas termoseladas de no mínimo 10 mm; com reagente químico para autoclave a vapor, distantes máximo 13 cm entre si; em papel grau cirúrgico e filme laminado de poliéster e polipropileno, atóxico; com gramatura de 60 a 90 g/m² e filme com gramatura de 57 g/m²; apresentado em conformidade com nbr 14990; com laudo analítico; fabricante, lote e validade na área selada; **total de 1 unidade (rolo 100 metros).**

3.1.1.80. ENDO PTC; especificação técnica: endo ptc; composto por peróxido de ureia, tween 80, carbowax (veículo); em creme; embalado em pote com aproximadamente 25g; constando externamente marca comercial, procedência de fabricação; recomendações para armazenamento; validade mínima de 1 ano da data de entrega; **total de 1 unidade (embalagem 25 gramas).**

3.1.1.81. ESCOVA DE ROBSON PARA CONTRA-ÂNGULO; especificação técnica: escova de robson; em forma de tufo; haste metálica e cerdas de nylon/similar; para contra ângulo; embalada individualmente, em material apropriado que garanta integridade do produto; constando externamente marca comercial e procedência de fabricação; **(total de 55 unidades).**

3.1.1.82. ESPAÇADOR DIGITAL; especificação técnica: acessórios para endodontia; espaçador digital cônico, reposição da série "c" da marca dentsply; p/ criação de espaços intra-canais, para auxiliar na obtenção de canais radiculares; feito de níquel-titânio; calibre "c", comprimento de 25mm; em meios físico-químicos, embalado em material apropriado que garanta a integridade do produto; constando externamente marca comercial, proc. de fabricação, registros conforme legislação vigente; **(total de 8 unidades).**

3.1.1.83. ESPELHO BUCAL Nº 5; especificação técnica: espelho bucal; número 05, plano, sem cabo; confeccionado em aço inoxidável, acabamento e polimento perfeitos; passível de esterilização em meios físico-químicos; caixa contendo 12 unidades, em material apropriado que garanta a integridade do produto; constando externamente marca comercial, procedência de fabricação; **total de 42 unidades (embalagem 4 unidades).**

3.1.1.84. EUCALIPTOL; especificação técnica: eucaliptol; líquido; em frasco com 20 ml aproximadamente; para remoção de obturação endodôntica; embalado individualmente; contendo externamente marca comercial, procedência de fabricação; validade mínima de 2 anos da data de entrega; **total de 1 unidade (frasco 30 mililitro).**

3.1.1.85. FIO DE SUTURA SEDA 3-0; especificação técnica: fio de sutura de seda; obtido da proteína e goma do casulo do bicho da seda, multifilamentar, nº 3-0, preto; agulhado; agulha 3/8 circ. triangular de 1,7 cm; medindo 45 cm; embalado em material que promova barreira microbiana e abertura aséptica; o produto deverá ser entregue conforme legislação atual vigente; **(total de 55 unidades).**

3.1.1.86. FIO DE SUTURA SEDA 4-0; especificação técnica: fio de sutura de seda; obtido da proteína e goma do casulo do bicho da seda, multifilamentar, nº 4-0 preto; agulhado; 3/8 circ., triangular de 1,7 cm; medindo 45 cm; embalado em material que promova barreira microbiana e abertura aséptica; o produto deverá ser entregue conforme legislação atual vigente; **(total de 48 unidades).**

3.1.1.87. FIO DENTAL; especificação técnica: fio dental; encerado; em caixa com rolo de 100m aproximadamente, em material apropriado que garanta integridade do produto; constando externamente marca comercial, procedência e validade mínima de 12 meses a partir da entrega; **total de 72 unidades (rolo 100 metros).**

3.1.1.88. FITA ADESIVA AUTOCLAVÁVEL; especificação técnica: fita adesiva autoclavável; constituída por dorso de papel crepado; tratado com solução sintética; recoberta com adesivo especial resistente a altas temperaturas com listras intermitentes diagonais; impregnadas de substância química (indicador de processo) que após o ciclo muda; na cor branca ou creme indicando finalização de processo; na medida 19mm x 30m - embalagem apropriada e reforçada para o produto - rótulo nr. lote; fabr/val.; proc.; **(total de 14 unidades).**

3.1.1.89. DISCO DE LIXA, GRANULAÇÃO MÉDIA; especificação técnica: disco de lixa odontológico; de dorso de uretano e papel coberto com abrasivo de óxido de alumínio; para acabamento e polimento de resina composta; com 1/2 polegada, sem mandril; granulacao media; embalado em caixa com no minimo 30 unidades; constando externamente marca comercial e procedencia, registros de acordo com legislacao vigente; **(total de 30 unidades)**.

3.1.1.90. GRAMPO P/ ISOLAMENTO ABSOLUTO, Nº 12 A; especificação técnica: grampo para isolamento absoluto; n.12a; em aço inox com acabamento e polimento perfeito; passível de esterilizacao em meios fisico quimicos; embalado individualmente; constando externamente marca comercial, procedencia de fabricacao; **(total de 10 unidades)**.

3.1.1.91. GRAMPO P/ ISOLAMENTO ABSOLUTO, Nº 13 A; especificação técnica: grampo para isolamento absoluto; n.13a; em aço inox com acabamento e polimento perfeito; passível de esterilizacao em meios fisico quimicos; embalado individualmente; constando externamente marca comercial, procedencia de fabricacao; **(total de 10 unidades)**.

3.1.1.92. GRAMPO P/ ISOLAMENTO ABSOLUTO, Nº 14; especificação técnica: grampo para isolamento absoluto; n.14; em aço inox com acabamento e polimento perfeito; passível de esterilizacao em meios fisico quimicos; embalado individualmente; constando externamente marca comercial e procedencia de fabricacao; **(total de 10 unidades)**.

3.1.1.93. GRAMPO P/ ISOLAMENTO ABSOLUTO, Nº 206; especificação técnica: grampo para isolamento absoluto; n.206; em aço inox com acabamento e polimento perfeito; passível de esterilizacao em meios fisico quimicos; embalado individualmente; constando externamente marca comercial, procedencia de fabricacao; **(total de 20 unidades)**.

3.1.1.94. GRAMPO P/ ISOLAMENTO ABSOLUTO, Nº 208; especificação técnica: grampo para isolamento absoluto; n.208; em aço inox com acabamento e polimento perfeito; passível de esterilizacao em meios fisico quimicos; embalado individualmente; constando externamente marca comercial, procedencia de fabricacao; **(total de 10 unidades)**.

3.1.1.95. GRAMPO P/ ISOLAMENTO ABSOLUTO, Nº 210; especificação técnica: grampo para isolamento absoluto; n.210; em aço inox com acabamento e polimento perfeito; passível de esterilizacao em meios fisico quimicos; embalado individualmente; constando externamente marca comercial, procedencia de fabricacao; **(total de 20 unidades)**.

3.1.1.96. GRAMPO P/ ISOLAMENTO ABSOLUTO, Nº 211; especificação técnica: grampo para isolamento absoluto; n.211; em aço inox com acabamento e polimento perfeito; passível de esterilizacao em meios fisico quimicos; embalado individualmente; constando externamente marca comercial, procedencia de fabricacao; **(total de 20 unidades)**.

3.1.1.97. GRAMPO P/ ISOLAMENTO ABSOLUTO, Nº 201, especificação técnica: grampo para isolamento absoluto; n.201; em aço inox com acabamento e polimento perfeito; passível de esterilizacao em meios fisico quimicos; embalado individualmente; constando externamente marca comercial, procedencia de fabricacao; **(total de 10 unidades)**.

3.1.1.98. HIDRÓXIDO DE CÁLCIO (PASTA/PASTA); especificação técnica: apresentacao: pasta base, pasta catalizadora e bloco de mistura; apresentacao da base: base em tubo com aproximadamente 13 g; composicao da base: composta basicamente por salicilato; apres. do catalisador: catalisador em tubo com aproximadamente 11 g; composicao do catalisador: composto basicamente por hidrox. ca, oxido de zn, etil tolueno sulfonamida; composicao do po: ; embalagem: embalado em caixa, em material apropriado que garanta integridade do produto; identificacao: constando externamente marca comercial, procedencia de fabricacao; armazenamento: recomendacoes para armazenamento; validade: validade minima de 2 anos da data de entrega; **total de 10 unidades (frasco 10 gramas)**.

3.1.1.99. HIDRÓXIDO DE CÁLCIO ODONTOLÓGICO - PASTA ÚNICA FOTOPOLIMERIZÁVEL; especificação técnica: hidroxido de calcio odontologico; pasta unica fotopolimerizavel, para capeamento, base e forramento, radiopaco; base em tubo com aproxim. 2 grama; composta basicamente por pasta radiopaca modificada com silicato de calcio, ph alcalino, consistencia cremosa; embalado individualmente, em material

apropriado que garanta a integridade do produto; constando externamente marca comercial, procedencia de fabricacao; validade minima de 2 anos da data de fabricacao; **total de 10 unidades (frasco 10 gramas).**

3.1.1.100. HIDRÓXIDO DE CÁLCIO PA; especificação técnica: hidróxido de cálcio odontológico; p.a.; puro; embalado em frasco, em material apropriado que garanta integridade do produto; constando externamente marca comercial, procedencia de fabricacao; recomendacoes para armazenamento; validade minima de 2 anos da data de entrega; **total de 20 unidades (frasco 10 gramas).**

3.1.1.101. HIPOCLORITO DE SÓDIO 2,5%; especificação técnica: solucao de hipoclorito de sodio; 2,5% de cloro ativo; acao bactericida, indicado para a instrumentacao e irrigacao de canais radiculares; odor caracteristico; cor levemente amarelado; solvel em agua; solucao preparada com o material deve ser liquida e transparente; armazenado na embalagem original, em lugar seco, arejado e a sombra; acondicionado em frasco apropriado que garanta a integridade do produto; rotulo com nome do produto, numero de lote, data de fabricacao/validade, procedencia e registro no ms; **total de 40 unidades (litro).**

3.1.1.102. INDICADOR BIOLÓGICO; especificação técnica: indicador biologico; auto contido; para monitoracao de processo de esterilizacao a vapor saturado a 121c e/ou a 132c a 134c; com tempo maximo de resposta de 48 horas; em tira de papel; contendo populacao microbiana minima de 100.000 esporos secos; calibrado de bacillus sterothermophilus; ampola de vidro quebravel; contendo caldo nutriente e indicador de ph; tira impregnada e ampola contidos em frasco termoplastico flexivel, nao cortante; com tampa permeavel ao vapor e com filtro hidrofobico; com campo para identificacao e indicador quimico externo que indica que as ampolas foram processadas; com certificado de qualidade assegurada; com validade minima de 18 (dezoito) meses a contar da entrega no almoxarifado; acondicionado em embalagem reforcada e apropriada para o produto; rotulo com nr. de lote, data de fabricacao/validade, composicao e procedencia; **(total de 50 unidades).**

3.1.1.103. IONOMERO DE VIDRO FOTOPOLIMERIZAVEL - IONOSEAL; especificação técnica: ionomero de vidro; para base e forramento de restauracoes, selamento de fossulas e fissuras e restauracao de peq.cavidades; fotopolimerizavel, radiopaco com liberacao continua de fluor; em seringa antigotejamento, reposicao compativel do ionoseal; embalagem caixa com 2 seringas de 2,5 g cada e canulas de aplicacao tipo 4l; constando externamente marca comercial, procedencia de fabricacao; recomendacoes para armazenamento; validade minima de 2 anos da data de entrega; **total de 10 unidades (frasco 15 gramas).**

3.1.1.104. IONOMERO DE VIDRO PARA RESTAURAÇÕES; especificação técnica: ionomero de vidro; para restauracoes de dentes permanentes e decíduos; autopolimerizavel; po, liquido, medidor de po e bloco de spatulacao; po em frasco com aproximadamente 10 g; composto por fluorsilicato de sodio calcio aluminio, sulfato de bario, acido poliacrilico, pigmentos; liquido em frasco com aproximadamente 8 ml; composto por acido tartarico, agua destilada; embalagem em caixa que garanta a integridade do produto; constando externamente marca comercial, procedencia de fabricacao e recomendacoes para armazenamento; validade minima de 2 anos da data de entrega; **total de 30 unidades (frasco 10 gramas).**

3.1.1.105. KIT CIRÚRGICO - CIRURGIA; especificação técnica: kit cirurgico odontologico descartavel; com 1 campo de mesa 70 x 60cm, 1 campo fenestrado 100x90cm, 1 prot. de refletor e 2 prot. de mangueira; em falso tecido, de 30 gr/m2; descartavel esteril; embalado em envelopes de papel grau cirurgico, em material que garanta a integridade do produto; a apresentacao do produto devera obedecer a legislacao atual vigente; validade minima de 12 meses da data da entrega; constando externamente marca comercial e procedencia de fabricacao; **(total de 100 unidades).**

3.1.1.106. SUGADOR ENDODÔNTICO; especificação técnica: ponta para sugador odontologico; de de polipropileno; com tubo suctor rigido preangulado e anatomico; reposição compatível com angelus; para sucção em procedimentos endodonticos; autoclavavel; embalada em kit contendo 10 tubos de suctor e 10 pontas 0.06(1.5 mm) + 10 pontas 0.014(0.35mm) compatíveis; constando externamente marca comercial, proc. fabricacao, conforme legislacao vigente, validade minima de 2 anos da entrega; **(total de 50 unidades).**

3.1.1.107. KIT DISCO DE LIXA ONDONTOLÓGICO; especificação técnica: disco de lixa odontologico; de oxido de aluminio com costado de poliuretano; para acabamento e polimento de materiais restauradores de uso clinico e laboratorial; com diametro de 1/2 polegada, com centro metalico para facilitar o encaixe do mandril;

granulacao sortida/serie azul: grossa(g), media(m), fina(f) e superfina(sf); embalado em caixa contendo no minimo 120 unidades sortidas nas granulacoes g,m,f e sf + 1 mandril; constando externamente marca comercial, manual de instrucao e procedencia de fabricacao; **total de 5 unidades (caixa com 120 unidades).**

3.1.1.108. LÂMINA DE BISTURÍ Nº 15; especificação técnica: lamina de bisturi; em aco inoxidavel cortante; numero 15; esteril; com perfeito acabamento sem sinais de oxidacao, sem rebarbas; o produto devera ser entregue com laudo que comprove sua esterilidade; **total de 5 unidades (caixa com 100 unidades).**

3.1.1.109. LIMA ENDODÔNTICA HEDSTROEN, 25 MM, Nº 15 A 40; especificação técnica: lima endodontica; tipo hedstroen; 25mm/15-40; parte ativa em aco inoxidavel; cabo anatomico colorinox ou similar; comprimento 25mm, numero 15 a 40; embaladas em caixa com 6 unidades, em material apropriado que garanta a integridade do produto; constando externamente marca comercial e procedencia de fabricacao; **total de 10 unidades (caixa com 6 unidades).**

3.1.1.110. LIMA ENDODÔNTICA HEDSTROEN, 25 MM, Nº 45 A 80; especificação técnica: lima endodontica; tipo hedstroen; 25mm/45-80; parte ativa em aco inoxidavel; cabo anatomico colorinox ou similar; comprimento 25mm, numero 45 a 80; embaladas em caixa com 6 unidades, em material apropriado que garanta a integridade do produto; constando externamente marca comercial e procedencia de fabricacao; **total de 10 unidades (caixa com 6 unidades).**

3.1.1.111. LIMA ENDODÔNTICA TIPO K, 21 MM, Nº 08; especificação técnica: lima endodontica; tipo (k), 21mm/08; parte ativa em aco inoxidavel; cabo anatomico colorinox ou similar; comprimento 21mm, numero 08; embaladas em caixa com 6 unidades, em material apropriado que garanta a integridade do produto; constando externamente marca comercial e procedencia de fabricacao; **total de 10 unidades (caixa com 6 unidades).**

3.1.1.112. LIMA ENDODÔNTICA TIPO K, 25 MM, Nº 08; especificação técnica: lima endodontica; tipo (k), 25mm/08; parte ativa em aco inoxidavel; cabo anatomico colorinox ou similar; comprimento 25mm, numero 08; embaladas em caixa com 6 unidades, em material apropriado que garanta a integridade do produto; constando externamente marca comercial e procedencia de fabricacao; **total de 10 unidades (caixa com 6 unidades).**

3.1.1.113. LIMA ENDODÔNTICA TIPO K, 21 MM, Nº 10; especificação técnica: lima endodontica; tipo (k), 21mm/10; parte ativa em aco inoxidavel; cabo anatomico colorinox ou similar; comprimento 21mm, numero 10; embaladas em caixa com 6 unidades, em material apropriado que garanta a integridade do produto; constando externamente marca comercial e procedencia de fabricacao; **total de 15 unidades (caixa com 6 unidades).**

3.1.1.114. LIMA ENDODÔNTICA TIPO K, 25 MM, Nº 10; especificação técnica: lima endodontica; tipo (k), 25mm/10; parte ativa em aco inoxidavel; cabo anatomico colorinox ou similar; comprimento 25mm, numero 10; embaladas em caixa com 6 unidades, em material apropriado que garanta a integridade do produto; constando externamente marca comercial e procedencia de fabricacao; **total de 15 unidades (caixa com 6 unidades).**

3.1.1.115. LIMA ENDODÔNTICA TIPO K, 21 MM, Nº 15 A 40; especificação técnica: lima endodontica; tipo (k), 21mm (15-40); parte ativa em aco inoxidavel; cabo anatomico colorinox ou similar; comprimento 21mm, numero 15 a 40; embaladas em caixa com 6 unidades, em material apropriado que garanta a integridade do produto; constando externamente marca comercial e procedencia de fabricacao; **total de 10 unidades (caixa com 6 unidades).**

3.1.1.116. LIMA ENDODÔNTICA TIPO K, 25 MM, Nº 15 A 40; especificação técnica: lima endodontica; tipo (k), 25mm (15-40); parte ativa em aco inoxidavel; cabo anatomico colorinox ou similar; comprimento 25mm, numero 15 a 40; embaladas em caixa com 6 unidades, em embalagem apropriada que garanta a integridade do produto; constando externamente marca comercial e procedencia de fabricacao; **total de 15 unidades (caixa com 6 unidades).**

3.1.1.117. LIMA ENDODÔNTICA TIPO K, 31 MM, Nº 15 A 40; especificação técnica: lima endodontica; tipo (k), 31mm (15-40); parte ativa em aco inoxidavel; cabo anatomico colorinox ou similar; comprimento 31mm, numero 15 a 40; embaladas em caixa com 6 unidades, em material apropriado que garanta a integridade do produto; constando externamente marca comercial e procedencia de fabricacao; **total de 10 unidades (caixa com 6 unidades).**

3.1.1.118. LIMA ENDODÔNTICA TIPO K, 21 MM, Nº 45 A 80; especificação técnica: lima endodôntica; tipo (k), 21mm/45-80; parte ativa em aço inoxidável; cabo anatômico colorinox ou similar; comprimento 21mm, número 45 a 80; embaladas em caixa com 6 unidades, em material apropriado que garanta a integridade do produto; constando externamente marca comercial e procedência de fabricação; **total de 10 unidades (caixa com 6 unidades).**

3.1.1.119. LIMA ENDODÔNTICA TIPO K, 25 MM, Nº 45 A 80; especificação técnica: lima endodôntica; tipo (k), 25mm/45-80; parte ativa em aço inoxidável; cabo anatômico colorinox ou similar; comprimento 25mm, número 45 a 80; embaladas em caixa com 6 unidades, em material apropriado que garanta a integridade do produto; constando externamente marca comercial e procedência de fabricação; **total de 15 unidades (caixa com 6 unidades).**

3.1.1.120. LIMA ENDODÔNTICA TIPO K, 31 MM, Nº 45 A 80; especificação técnica: lima endodôntica; tipo (k), 31mm (45-80); parte ativa em aço inoxidável; cabo anatômico colorinox ou similar; comprimento 31mm, número 45 a 80; embaladas em caixa com 6 unidades, em material apropriado que garanta a integridade do produto; constando externamente marca comercial e procedência de fabricação; **total de 10 unidades (caixa com 6 unidades).**

3.1.1.121. LIMA ENDODONTICA; TIPO RECIPROCANTE, 25MM / R25; especificação técnica: lima endodôntica; tipo recíprocante, compatível c/configuração recíproca blue (25mm, r25); parte ativa em níquel titânio com tratamento térmico diferenciado (coloração azul) e pontas inativas; cabo c/ encaixe p/ contra-ângulo; comprimento 25mm, número r25; embaladas em caixa ou blister estéril em material apropriado que garanta a integridade do produto; constando externamente marca comercial, numeração, procedência de fabricação e validade, registros conforme legislação vigente; **total de 15 unidades (caixa com 6 unidades).**

3.1.1.122. LIMA ENDODONTICA TIPO PONTA DE IRRIGAÇÃO (25/04) 25MM; especificação técnica: lima endodôntica; tipo ponta de irrigação, 25mm (25/04) compatível com easy clean, p/ ativação de solução irrigadora; parte ativa em plástico estéril, de uso único, sem corte, promove limpeza das paredes radiculares; cabo c/ encaixe para contra-ângulo; comprimento 25mm (diâmetro 25 e conicidade 04); embaladas em caixa com blisters contendo 6 unidades, em material apropriado que garanta a integridade do produto; constando externamente marca comercial num, proced. de fabricação, registros conforme legislação vigente, validade mínima 2 anos da entrega; **total de 10 unidades (caixa com 6 unidades).**

3.1.1.123. LUVA CIRÚRGICA Nº 6,5, ESTÉRIL; especificação técnica: luva cirúrgica; em latex natural; com textura uniforme sem falhas; lubrificada; com alta sensibilidade tátil boa elasticidade e resistência; com acabamento no punho de formato anatômico; perfeita adaptação; numeração 6,5 (padrão nacional) 6.0 (padrão internacional); estéril; embalada aos pares e envelopada; o produto deverá ser entregue acompanhado do ca e laudo anal. laborat., de comprimento da nbr13391; **total de 1000 unidades (par).**

3.1.1.124. LUVA CIRÚRGICA Nº 7,0 ESTÉRIL; especificação técnica: luva cirúrgica; em latex natural; com textura uniforme sem falhas; lubrificada; com alta sensibilidade tátil boa elasticidade e resistência; com acabamento no punho de formato anatômico; perfeita adaptação; numeração 7,0 (padrão nacional) 6.5 (padrão internacional); estéril; embalada aos pares e envelopada; o produto deverá ser entregue acompanhado do ca e laudo anal. laborat., de comprimento da nbr13391; **total de 500 unidades (par).**

3.1.1.125. LUVA DE PROCEDIMENTO LATEX - PEQUENA; especificação técnica: luva para procedimento; em latex com boa sensibilidade tátil; com textura uniforme, sem falhas e formato anatômico; lubrificada; no tamanho pequena; com punho acabado de 04 a 06 cm com bainha do mesmo material da luva; não estéril; embalado em material que garanta integridade do produto; o produto deverá ser entregue acompanhado do ca, e registro do ministério da saúde e atender a nbr 11193-1; **total de 100 unidades (embalagem 100 unidades).**

3.1.1.126. LUVA DE PROCEDIMENTO LATEX - MÉDIA; especificação técnica: luva para procedimento; em latex com boa sensibilidade tátil; com textura uniforme, sem falhas e formato anatômico; lubrificada; no tamanho médio; com punho acabado de 04 a 06 cm com bainha do mesmo material da luva; não estéril; embalado em material que garanta integridade do produto; o produto deverá ser entregue acompanhado do ca, e registro do ministério da saúde e atender a nbr 11193-1; **total de 100 unidades (embalagem 100 unidades).**

3.1.1.127. LUVA PARA PROCEDIMENTO NITRÍLICA - MÉDIA; especificação técnica: luva para procedimento; em 100% borracha nitrilica; com textura uniforme, sem falhas e formato anatomico com boa sensibilidade tatil; sem lubrificacao; no tamanho medio; com punho acabado de 04 a 05 cm; nao esteril; embalado em caixa; o produto devera ser entregue acompanhado do ca, e laudo anal. laboratorial, de cumprimento da nbr11193-1; **total de 300 unidades (embalagem 100 unidades).**

3.1.1.128. LUVA PARA PROCEDIMENTO NITRÍLICA - GRANDE; especificação técnica: luva para procedimento; em nitrila, nao cirurgica, cor azul, com boa sensibilidade tatil; com textura uniforme, sem falhas e formato anatomico, ambidestra; sem talco / totalmente isenta de po; no tamanho grande; com punho acabado de 04 a 06 cm; nao esteril descartavel; embalado em material que garanta a integridade do produto; o produto devera ser entregue acompanhado do ca, e emitido pelo mte e de acordo c/ a legislacao vigente; **total de 100 unidades (embalagem 100 unidades).**

3.1.1.129. MÁSCARA CIRÚRGICA DESCARTÁVEL COM ELÁSTICO; especificação técnica: mascara cirurgica descartavel; em falso tecido branco; com clip nasal e de ajuste, pregueada e com elastico que envolve o pavilhao auricular; dupla camada; hipoalergica; filtro que garanta boa ventilacao; embalagem apropriada para o produto; a apresentacao do produto devera obedecer a art.31 l. 8078/90 port.conj.n.1 de 23/1/96-m.saude; **(total de 200 unidades).**

3.1.1.130. MATRIZ DE AÇO ODONTOLÓGICA MOLAR; especificação técnica: matriz para odontologia; em aco inoxidavel; pre contornada; com sistema de fixacao em aluminio regulavel; para molar; uso unico; acondicionado em material apropriado que garanta a integridade do produto; constando externamente tamanho, marca, procedencia; **total de 20 unidades (embalagem 20 unidades).**

3.1.1.131. MATRIZ DE AÇO ODONTOLÓGICA PREMOLAR; especificação técnica: matriz para odontologia; em aco inox; tira tipo tofflemire; para pre molar; com 0,05mm de espessura; para uso em porta matriz; autoclavavel; embalagem com 20 unidades; constando externamente tamanho, marca, procedencia; **total de 30 unidades (embalagem 20 unidades).**

3.1.1.132. MATRIZ DE AÇO ODONTOLÓGICA KIT; especificação técnica: matriz para odontologia; em aco inox; tipo seccional; modelo unimatrix; pequena, media e grande; para restauracoes classe ii; autoclavavel; kit com 50 matrizes sortidas, 2 grampos e 8 protetores; constando externamente tamanho, marca, procedencia; **total de 20 unidades (embalagem 50 unidades).**

3.1.1.133. MEDICAÇÃO INTRACANAL BIO C-TEMP; especificação técnica: hidroxido de calcio odontologico; em tubete contendo hidroxido de calcio e paramonoclorofenol canforado; embalado em caixa contendo 2 tubetes c/ aprox. 2,7 g de hid. ca e 1 tubete c/ 2,2 g de glicerina; constando externamente marca comercial, procedencia de fabricacao; recomendacoes para armazenamento; validade minima de 2 anos da data de fabricacao; **total de 20 unidades (tubete 2,7 gramas).**

3.1.1.134. ÓCULOS DE PROTEÇÃO; especificação técnica: olhos de protecao odontologico; confeccionado em policarbonato, transparente, tipo uvex; com protetor lateral; adaptavel ao rosto com conforto; possibilitando ajuste individual; passivel de desinfeccao em meios quimicos; embalado individualmente, em material apropriado que garanta integridade do produto; constando externamente marca comercial, procedencia de fabricacao; **(total de 20 unidades).**

3.1.1.135. OLEO MINERAL PARA LUBRIFICAR CANETA; especificação técnica: oleo para uso odontologico; mineral de baixa viscosidade, elevado grau de pureza, com aditivos para evitar oxidacao; para lubrificar instrumentos de alta e baixa rotacao; acondicionado em frasco spray de 200 mililitro, sem cfc; validade minima de 12 meses da entrega; constando externamente marca comercial e procedencia de fabricacao; **total de 20 unidades (frasco 200 mililitro).**

3.1.1.136. PARAMONOCLOROFENOL; especificação técnica: paramonoclorofenol canforado; para tratamento endodontico; solucao em frasco com aproximadamente 20ml, composicao 30% paramonoclorofenol e 70% canfora; embalado individualmente; constando externamente marca comercial, procedencia de fabricacao; validade minima de 2 anos da data de entrega; **total de 20 unidades (frasco 20 mililitro).**

3.1.1.137. PASTA DE POLIMENTO ODONTOLÓGICO PARA RESINAS COMPOSTAS; especificação técnica: kit abrasivo para resinas compostas e porcelanas com 1 seringa de 2g, tamanho grão 6 a 8 microns, composto por carbowax, óxido alumínio, etileno glicol, corante, vaselina sólida, embalada em tubo plástico, contendo externamente marca comercial e procedência de fabricação; **total de 30 unidades (conjunto)**.

3.1.1.138. PASTA PROFILÁTICA; especificação técnica: pasta profilática uso odontológico; contendo abrasivos suaves e aroma artificial, com fluor; em forma de bisnaga contendo 90g; acondicionadas em caixas ou pacotes conforme o fabricante; constando externamente marca comercial, procedência de fabricação; recomendações para armazenamento; validade mínima de 02 anos da data de entrega; **total de 20 unidades (bisnaga 90 gramas)**.

3.1.1.139. PINÇA CLÍNICA Nº 317; especificação técnica: pinça para odontologia; pinça clínica para algodão, curva, 17 cm; cabo contendo inscrição do número e marca; extremidade de superfície irregular; ponta ativa alinhada para boa apreensão, encaixe perfeitamente nivelado; confeccionada conforme nbr 7153-1 em aço inox com acabamento e polimento perfeitos; passível de esterilização em meios físico-químicos; embalada individualmente, em material apropriado que garanta a integridade do produto; constando externamente marca comercial e procedência de fabricação; **(total de 40 unidades)**.

3.1.1.140. PLACA DE VIDRO; especificação técnica: placa de vidro para odontologia; de 7,50 x 15 cm, 6mm de espessura; para manipulação materiais dentários; embalagem que garanta a integridade do produto; **(total de 20 unidades)**.

3.1.1.141. PONTA ODONTOL. TORPEDO, LENTILHA E TAÇA; especificação técnica: pontas para uso odontológico; uso em contra-ângulo, p/ alisamento e polimento de resinas compostas; kit contendo 12 pontas sortidas em forma de torpedo, lentilha, taça e esfera; de silicone abrasivo, granulometria fina e ultra-f; em material apropriado que garanta a integridade do produto; constando externamente marca comercial, procedência de fabricação; **total de 25 unidades (kit com 12 pontas)**.

3.1.1.142. POTE DE DAPPEN; especificação técnica: pote dappen; de vidro autoclavável; para manipulação de materiais odontológicos; embalagem individual; **(total de 20 unidades)**.

3.1.1.143. PRENDEDOR DE GUARDANAPO; especificação técnica: prendedor de guardanapo; de metal, passível de esterilização em meios físico-químicos; embalado individualmente; constando externamente marca comercial, procedência de fabricação; **(total de 20 unidades)**.

3.1.1.144. RESINA ACRÍLICA AUTOP., PÓ 25GR, COR 69, especificação técnica: resina acrílica para odontologia; autopolimerizável; pó em frasco com 25g, cor 69; embalado em frasco plástico; constando externamente marca comercial, procedência, registro de acordo com legislação vigente; recomendações em temperatura ambiente; validade mínima de 10 anos da data de fabricação; **total de 15 unidades (frasco 25 gramas)**.

3.1.1.145. RESINA ACRÍLICA AUTOPOLIMERIZÁVEL, LÍQUIDO; especificação técnica: resina acrílica para odontologia; auto polimerizável; líquido em frasco com aproximadamente 250 ml; embalado individualmente, em material apropriado que garanta integridade do produto; constando externamente marca comercial, procedência de fabricação; recomendações para armazenamento; validade mínima de 2 anos da data de entrega; **total de 10 unidades (frasco 250 mililitro)**.

3.1.1.146. RESINA COMPOSTA FILTEK BULK FILL FLOWABLE RESTORATIVE - COR A2; especificação técnica: resinas compostas; fotopolimerizável, bulk fill; nanopartícula; para aplicação em incremento único; reposição da resina filtek bulk fill, seringa de 4g; cor a2; embalada individualmente, em material apropriado que garanta integridade do produto; constando externamente marca comercial e procedência de fabricação; validade mínima de 2 anos após a entrega do material; **total de 15 unidades (seringa 4 gramas)**.

3.1.1.147. RESINA COMPOSTA FOTO, NANOHÍBRIDA - COR A3,5 E; especificação técnica: resinas compostas; fotopolimerizável; nanopartículas, radiopaca; reposição da filtek z350 xt/a3,5 e; resina em seringa de 4 gramas; composta basicamente por matriz orgânica bis-gma, udma, tegdma, pegdma, part. inorgânicas zircônia /silica, 63.3%vol, 78.5%peso; cor a3,5 e; embalada individualmente, em material apropriado que garanta a integridade do produto; constando externamente marca comercial e procedência de fabricação; validade mínima de 2 anos da data de entrega; **total de 30 unidades (seringa 4 gramas)**.

3.1.1.148. RESINA COMPOSTA Z350 XT - COR A1 B; especificação técnica: resinas compostas; fotopolimerizável; nanopartículas, radiopaca; para restauração de dentes anteriores e posteriores; reposição da resina filtek z350 xt; resina em seringa de 4g; composta basicamente por matriz orgânica bisgma, udma, tegdma, pegdma, part. inorgânicas zircônia/silica, 63.3%vol, 78.5%peso; cor a1b; embalada individualmente; constando externamente marca comercial proced. de fabricação, recomendações p/ armazenamento; validade mínima de 2 anos da data de entrega; **total de 20 unidades (seringa 4 gramas).**

3.1.1.149. RESINA COMPOSTA Z350 XT - COR A1 E; especificação técnica: resinas compostas; fotopolimerizável; nanopartículas, radiopaca; para restauração de dentes anteriores e posteriores; reposição da resina filtek z350 xt; resina em seringa de 4g; composta basicamente por matriz orgânica bisgma, udma, tegdma, pegdma, part. inorgânicas zircônia/silica, 63.3%vol, 78.5%peso; cor a1e; embalada individualmente; constando externamente marca comercial proced. de fabricação, recomendações p/ armazenamento; validade mínima de 2 anos da data de entrega; **total de 15 unidades (seringa 4 gramas).**

3.1.1.150. RESINA COMPOSTA Z350 XT - COR A2 B; especificação técnica: resinas compostas; fotopolimerizável; nanopartículas, radiopaca; reposição da filtek z350 xt/a2b; resina em seringa de 4g; composta basicamente por matriz orgânica bis-gma, udma, tegma, pegdma, bis-ema, part. inorgan. zircônia/silica 63.3% vol, 78,5% peso; cor a2b; embalada individualmente, em material apropriado que garanta a integridade do produto; constando externamente marca comercial procedência de fabricação; validade mínima de 2 anos da data de entrega; **total de 40 unidades (seringa 4 gramas).**

3.1.1.151. RESINA COMPOSTA Z350 XT - COR A2 E; especificação técnica: resinas compostas; fotopolimerizável; nanopartículas, radiopaca; reposição da filtek z350 xt/a2e; resina em seringa de 4g; composta basicamente por matriz orgânica bis-gma, udma, tegma, pegdma, bis-ema, part. inorgan. zircônia/silica 63.3% vol, 78,5% peso; cor a2e; embalada individualmente, em material apropriado que garanta a integridade do produto; constando externamente marca comercial procedência de fabricação; validade mínima de 2 anos da data de entrega; **total de 40 unidades (seringa 4 gramas).**

3.1.1.152. RESINA COMPOSTA Z350 XT - COR A3 B; especificação técnica: resinas compostas; fotopolimerizável; nanopartículas, radiopaca; reposição da filtek z350 xt/a3b; resina em seringa de 4g; composta basicamente por matriz orgânica bis-gma, udma, tegma, pegdma, bis-ema, part. inorgan. zircônia/silica 63.3% vol, 78,5% peso; cor a3b; embalada individualmente, em material apropriado que garanta a integridade do produto; constando externamente marca comercial procedência de fabricação; validade mínima de 2 anos da data de entrega; **total de 60 unidades (seringa 4 gramas).**

3.1.1.153. RESINA COMPOSTA Z350 XT - COR A3 E; especificação técnica: resinas compostas; fotopolimerizável; nanopartículas, radiopaca; reposição da filtek z350 xt/a3e; resina em seringa de 4g; composta basicamente por matriz orgânica bis-gma, udma, tegma, pegdma, bis-ema, part. inorgan. zircônia/silica 63.3% vol, 78,5% peso; cor a3e; embalada individualmente, em material apropriado que garanta a integridade do produto; constando externamente marca comercial procedência de fabricação; validade mínima de 2 anos da data de entrega; **total de 35 unidades (seringa 4 gramas).**

3.1.1.154. RESINA COMPOSTA Z350 XT - COR A3,5 B; especificação técnica: resinas compostas; fotopolimerizável; nanopartículas, radiopaca; reposição da filtek z350 xt/a3,5b; resina em seringa de 4g; composta basicamente por matriz orgânica bis-gma, udma, tegma, pegdma, bis-ema, part. inorgan. zircônia/silica 63.3% vol, 78,5% peso; cor a3,5b; embalada individualmente, em material apropriado que garanta a integridade do produto; constando externamente marca comercial procedência de fabricação; validade mínima de 2 anos da data de entrega; **total de 25 unidades (seringa 4 gramas).**

3.1.1.155. RESINA COMPOSTA Z350 XT - COR C3 B; especificação técnica: resinas compostas; fotopolimerizável; nanopartículas, radiopaca; reposição da filtek z350 xt/c3b; resina em seringa de 4g; composta basicamente por matriz orgânica bis-gma, udma, tegma, pegdma, bis-ema, part. inorgan. zircônia/silica 63.3% vol, 78,5% peso; cor c3b; embalada individualmente, em material apropriado que garanta a integridade do produto; constando externamente marca comercial procedência de fabricação; validade mínima de 2 anos da data de entrega; **total de 20 unidades (seringa 4 gramas).**

3.1.1.156. ROLETE DE ALGODÃO; especificação técnica: apresentação: algodão em rolete p/uso odontológico, hidrófilo, boa absorção, macio, inodoro, compacto, cor branca; embalagem: embalado em plástico atóxico, com

aprox. 4,0cm de comp. x 1,0cm de diam.; identificação: constando externamente marca comercial e proc. de fabricação, apresentação devesa obedecer a legislação vigente; **total de 150 unidades (embalagem 100 unidades).**

3.1.1.157. SABÃO ANTISSEPTICO; especificação técnica: sabao anti-septico; uso como para higienização das mãos, especialmente recomendado para ambientes hospitalar; a base de triclosan, ph entre 6,0-8,0, sem perfume com ação bacteriostática; apresentação em frasco com ação contra bactérias e fungos; forma farmaceutica sabonete liquido e devera atender à legislação vigente; **total de 20 unidades (bombona 5 litros).**

3.1.1.158. SERINGA DESCARTÁVEL 20 ML; especificação técnica: materia-prima: em plastico, atoxico, apirogenico integro e transparente; rigidez: apresentando rigidez e resistencia mecanica na sua utilizacao; graduacao: corpo com graduacao em ml e numerada a cada 5 ml; embolo: embolo borracha atoxica na ponta; bico: bico slip lateral; esterilizacao: esteril; lubrificacao: siliconizada; capacidade: com capacidade de 20ml; acompanhamento: sem agulha; embalagem: o produto devera atender o cumprimento da nbr iso7886 e a legislação atual vigente; **total de 10 unidades (embalagem 100 unidades).**

3.1.1.159. SILANO; especificação técnica: sistema adesivo de uso odontologico; dual - silano agente de ligação para porcelana; kit - 1 frasco ativador c/ 3ml e 1 frasco primer c/ 3 ml; composto basicamente por silano, etanol e acido acetico; embalado em caixa, em material apropriado que garanta integridade do produto; constando externamente marca comercial, procedencia de fabricacao e recomendações de armazenamento; validade minima de 18 meses a 24°C, a partir da fabricacao; **total de 20 unidades (frasco 4 mililitro).**

3.1.1.160. SISTEMA ADESIVO DE USO ODONTOLOGICO FOTOPOLIMERIZAVEL; especificação técnica: Sistema Adesivo Universal fotopolimerizável, autocondicionante single Bond Universal; embalado em caixa, em material apropriado que garanta a integridade do produto; constando externamente marca comercial, procedencia de fabricacao, recomendações de armazenamento; validade minima de 2 anos da entrega; **total de 50 unidades (frasco 5 mililitro).**

3.1.1.161. SOLUÇÃO HEMOSTÁTICA; especificação técnica: hemostatico local uso odontologico; em solucao de cloreto de aluminio, em veiculo glicol/alcoolico/aquoso sem epinefrina e atoxica; embalado individualmente em frasco de aproximadamente 10ml, em material apropriado que garanta a integridade do produto; constando externamente marca comercial e procedencia de fabricacao; recomendacoes para armazenamento; validade minima de 2 anos da data de entrega; **total de 20 unidades (frasco 10 mililitro).**

3.1.1.162. SOLUCAO LIMPADORA ENZIMATICA; especificação técnica: solucao limpadora enzimatica; detergente enzimatico; contendo no minimo 4 (quatro) enzimas; limpeza de instrumental cirurgico; especifico para manual ou automatizado; acondicionado em material que garanta a integridade do produto; rotulo com dados de informacao que atenda a legislação vigente; **total de 100 unidades (litro).**

3.1.1.163. SORO FISIOLÓGICO 0,9%; especificação técnica: medicamentos gerais de uso humano; cloreto de sódio 9mg/ml (0,9%); forma farmacêutica solução injetável; forma de apresentação bolsa ou equiv. isento de pvc em sistema fechado 250ml; via de administração intravenosa; **total de 150 unidades (bolsa 250 mililitro).**

3.1.1.164. SUGADOR CIRÚRGICO; especificação técnica: ponta para sugador odontologico; de plastico rigido; para cirurgia, descartavel, esteril; embalada individualmente, em material apropriado que garanta a integridade do produto; constando externamente marca comercial e procedencia de fabricacao, validade minima de 2 anos a partir da entrega; **(total de 500 unidades).**

3.1.1.165. SUGADOR ONDONTOLÓGICO DESCARTÁVEL - PONTA COLORIDA; especificação técnica: ponta para sugador odontologico; de plastico atoxico, com ponteira em pvc macio, atoxico, colorido e vazada, 13,5cm de comprimento aprox; com arame em aco para fixacao evitando efeito memoria, para aspirar secrecoes intraorais, descartavel; embalada em pacote plastico transparente contendo 40 unidades, em material apropriado que garanta a integridade do produto; constando externamente marca comercial, procedencia de fabricacao e validade minima de 2 anos da entrega; **(total de 200 unidades).**

3.1.1.166. TAÇA DE BORRACHA PARA CONTRA-ÂNGULO; especificação técnica: taca de borracha; montada em mandril para contra angulo; embalada individualmente, em material apropriado que garanta integridade do produto; constando externamente marca comercial, procedencia de fabricacao; **(total de 100 unidades).**

3.1.1.167. TESTE DE VITALIDADE PULPAR; especificação técnica: teste de vitalidade pulpar; para teste de sensibilidade pulpar; composta por propano e butano; spray com 200 ml; sem cfc, inodoro e atóxico; constando externamente marca comercial, procedência de fabricação; recomendações resfriamento até -40 °C; validade mínima de 2 anos da data de entrega; **total de 25 unidades (frasco 200 mililitro).**

3.1.1.168. TIRA DE LIXA METÁLICA 4MM; especificação técnica: tira de lixa para uso odontológico; de aço inox; para acabamento e polimento de restaurações de amalgama; em envelope com 12 tiras de 4mm de largura; embalada individualmente, em material apropriado que garanta integridade do produto; constando externamente marca comercial, procedência de fabricação; **total de 20 unidades (embalagem 50 unidades).**

3.1.1.169. TIRA DE LIXA METÁLICA 6MM; especificação técnica: tira de lixa para uso odontológico; de aço inox; para acabamento e polimento de restaurações de amalgama; em envelope com 12 tiras de 6mm de largura; embalada individualmente, em material apropriado que garanta a integridade do produto; constando externamente marca comercial, procedência de fabricação; **(total de 30 unidades).**

3.1.1.170. TIRA DE POLIÉSTER; especificação técnica: tira de poliéster; para restaurações de resina e silicato; embalada em envelopes com 50 unidades, medindo 10x120x0,05mm a unidade; constando externamente marca comercial, procedência de fabricação; **total de 20 unidades (embalagem 50 unidades).**

3.1.1.171. TOALHA DE PAPEL DESCARTÁVEL; especificação técnica: toalha de descartável; gramatura mínima de 60g/m², não esteril; medindo aproximadamente 30 x 38 cm; branca; embalagem com 100 unidades; embalado em material que garanta a integridade do produto; a apresentação do produto deverá obedecer a legislação vigente; **total de 100 unidades (caixa 100 unidades).**

3.1.1.172. TOUCA CIRÚRGICA COM ELÁSTICO; especificação técnica: touca cirúrgica descartável; confeccionada a base de não tecido, hipoalergênico, gramatura mínima de 20g/m²; formato anatômico, medindo 26 cm de diâmetro e aberto medindo 46 cm aproximado; com ventilação adequada, com elástico em toda a extensão; com soldado eletronicamente, embalado em material que garanta a integridade do produto; o produto deverá obedecer a legislação atual vigente; **total de 100 unidades (embalagem 100 unidades).**

3.1.1.173. VASELINA SÓLIDA; especificação técnica: mp vaselina sólida grau farmacêutico; forma de apresentação em massa semi sólida de coloração branca; absorvância 0,05%w; uso farmacêutico; **total de 20 unidades (embalagem 50 gramas).**

3.1.1.174. VERNIZ COM FLUÓR; especificação técnica: verniz odontológico; a base de resina natural ou sintética com 5% de fluoreto de sódio ou 2,26% de íon fluor; compatível com aplicação tópica de fluor; em frasco com 10 ml, com acessórios conforme o fabricante; constando externamente marca comercial, procedência de fabricação; recomendações para armazenamento; validade mínima de 2 anos da data de entrega; **total de 20 unidades (embalagem 10 mililitro).**

3.1.1.175. TRICRESOL FORMALINA; especificação técnica: tricresol formalina; composta basicamente por formol 38%, cresol 38%, veículo q.s.p.; solução em frasco; embalada individualmente; constando externamente marca comercial e procedência de fabricação; recomendações para armazenamento; validade mínima de 01 ano a partir da data de entrega; **total de 20 unidades (embalagem 10 mililitro).**

3.1.1.176. MEDICAÇÃO OCLUSIVA PARA ALVEOLITE; especificação técnica: medicação oclusiva de uso odontológico; pasta para tratamento de alveolite; composta basicamente por propolis 10%, iodoformio 5%, cera de abelha e espessante; embalada individualmente em frasco de 10 gramas; constando externamente marca comercial, procedência de fabricação; validade mínima de 12 meses; **total de 20 unidades (frasco 10 gramas).**

3.1.1.177. HEMOSTÁTICO LÍQUIDO; especificação técnica: hemostático local uso odontológico; em solução de cloreto de alumínio, em veículo glicol/alcoólico/aquoso sem epinefrina e atóxica; embalado individualmente em frasco de aprox 10ml, em material apropriado que garanta a integridade do produto; constando externamente marca comercial e procedência de fabricação; recomendações para armazenamento; validade mínima de 2 anos da data de entrega; **total de 10 unidades (frasco 10 mililitro).**

3.1.1.178. AGULHA HIPODÉRMICA CÂNULA EM AÇO; especificação técnica: agulha hipodérmica; canula em aço inox, cilíndrica-oça-reta, com perfeita adaptação ao canhão; bisel trifacetado com a ponta afiada; canhão

em polipropileno atóxico, sem rebarbas; com protetor em polipropileno atóxico; calibre 25 x 07; esteril, uso descartável; embalada em caixa com 100 unidades; embalado em material que promova barreira microbiana e abertura aséptica; a apresentação do produto deverá obedecer a legislação atual vigente; **total de 100 unidades (caixa 100 unidades).**

3.1.1.179. PERÓXIDO DE HIDROGÊNIO 10 VOLUMES; especificação técnica: reagente químico; peróxido de hidrogênio (água oxigenada) 10 volumes; com teor de 3%; fórmula molecular: H_2O_2 ; peso molecular 34,014 g/mol; líquido límpido; incolor; acondicionado em embalagem reforçada e apropriada que garanta a integridade do produto; rótulo contendo número de lote; data de fabricação/data de validade/prazo de validade; procedência; conforme legislação vigente; **total de 15 unidades (frasco 1000 mililitros).**

3.1.1.180. ESCOVA CIRÚRGICA; especificação técnica: escova cirúrgica; composto de cerdas macias; para degermação de mãos e antebraço; forma anatômica, textura apropriada; descartável; o produto deverá obedecer a legislação vigente; embebida em solução degermante clorhexedina 2% ou 4%; acondicionada em blister; **(total de 200 unidades).**

3.1.1.181. BARREIRA GENGIVAL; especificação técnica: resina fotopolimerizável; barreira gengival; amplo espectro de utilização, endodontia, dentística, implantodontia; composição básica por hema, monômeros de uretano di-metacrilato, carga inerte, pigmentos e fotoiniciadores; apresentação disponível nas cores azul, verde, violeta e perla; embalagem contendo seringa de 2 gramas e 3 ponteiros para aplicação; validade 2 anos; contendo externamente marca comercial, procedência, validade; **total de 20 unidades (seringa 1,2 gramas).**

3.1.1.182. PANO TIPO PERFEX; especificação técnica: pano multi-uso; composto de viscose e poliéster; medindo aproximadamente (28 x 50)cm=(1x), acondicionado em rolos picotados a cada 50cm; na cor azul; **total de 20 unidades (rolo 300 metros).**

3.1.1.183. HIDRÓXIDO DE CÁLCIO ODONTOLÓGICO; especificação técnica: hidróxido de cálcio 35%, material temporário em tratamentos endodônticos; Embalado Em Caixa, Em Material Apropriado Que Garanta a Integridade do Produto; Constando Externamente Marca Comercial e Procedência de Fabricação; Recomendações para Armazenamento Conforme Fabricante; Validade Mínima de 2 Anos a Partir Da Data de Entrega; **total de 10 unidades (frasco 10 gramas).**

3.1.1.184. FILME PARA RADIOGRAFIA ODONTOLÓGICA; especificação técnica: Filme para Radiografia Odontológica; Periapical para Adulto; 3 x 4cm; **total de 10 unidades (caixa 150 unidades).**

3.1.1.185. LIMA ENDODÔNTICA; especificação técnica: Lima Endodôntica; Tipo Reciprocante, 25mm/r25 a R50; Parte Ativa Em Níquel Titânio M-wire Com Pontas Inativas; Cabo C/ Encaixe P/ Contra-ângulo e Rolha de Silicone Na Cor Iso do Tam Específico Da Ponta do Instrumento; Comprimento 25 Mm, Número R25, R40, R50; Embaladas Em Caixa (blister) de 6 Unidades; **total de 10 unidades (caixa 6 unidades).**

3.1.1.186. LIMA ENDODÔNTICA RECIPROCANTE; especificação técnica: Lima reciprocante kidsortido R 50 r40 r25 kit com 6 unidades - Reciproc VDW; **total de 10 unidades (caixa 6 unidades).**

3.1.1.187. DIPIRONA SÓDICA 1G-CP; especificação técnica: Dipirona Sódica Concentração: 1; **(total de 3000 unidades).**

3.1.1.188. PARACETAMOL 750MG-CP; especificação técnica: Paracetamol Dosagem Comprimido: 750 M; **(total de 1500 unidades).**

3.1.1.189. NIMESULIDA 100MG-CP; especificação técnica: Nimesulida Dosagem: 100 Mg; **(total de 1000 unidades).**

3.1.1.190. PANTOPRAZOL 40MG-CP; especificação técnica: Pantoprazol Composição: Sódico Sesqui-Hidratado, Concentração: 40 MG, Adicional: Liberação Controlada; **(total de 1500 unidades).**

3.1.1.191. LORATADINA 100MG-CP; especificação técnica: Loratadina Concentração: 10mg; **(total de 1000 unidades).**

3.1.1.192. HIDRÓXIDO DE MAGNÉSIO-CP MASTIGÁVEL; especificação técnica: Hidróxido De Magnésio Composição: Associado Ao Hidróxido De Alumínio E Simeticona , Concentração: 200 Mg + 153 Mg + 25 MG, Forma Farmaceutica: Comprimido Mastigável; **(total de 1000 unidades).**

3.1.1.193. DOMPERIDONA 10MG-CP; especificação técnica: Domperidona Dosagem: 10 M; **(total de 1000 unidades).**

3.1.1.194. ONDANSETRONA 8MG-CP; especificação técnica: Ondansetrona Cloridrato Concentração: 8 MG, Forma Farmacêutica: Comprimido Orodispersível; **(total de 1500 unidades).**

3.1.1.195. PARACETAMOL+CAFEÍNA+CARISOPROL+DICLOFENACO; especificação técnica: Paracetamol Apresentação: Associado Com Diclofenaco, Carisoprodol E Cafeína, Dosagem: 300mg + 50mg + 125mg +30mg; **(total de 3000 unidades).**

3.1.1.196. DIMENIDRINATO B6-CP; especificação técnica: Dimenidrinato Apresentação: Associado Com Piridoxina Cloridrato , Dosagem: 50mg + 10mg; **(total de 3000 unidades).**

3.1.1.197. CAPTOPRIL 25MG-CP; especificação técnica: Captopril Concentração: 25 M; **(total de 1000 unidades).**

3.1.1.198. DIPROPIONATO DE BETAMETASONA 0,5MG; especificação técnica: Betametasona Composição: Dipropionato, Apresentação: Associada Com Gentamicina Sulfato , Dosagem: 0,5 mg + 1mg/G , Uso: Pomada; **total de 200 unidades (bolsa 30 gramas).**

3.1.1.199. CETOCONAZOL 20MG/G CREME 30G; especificação técnica: Cetoconazol Dosagem: 20 MG/G, Forma Farmacêutica: Creme Tópico; **total de 200 unidades (bolsa 30 gramas).**

3.1.1.200. DIPIRONA 300MG+BUTILBROMETO DE ESCAPOLAMINA 6,5MCG+HIOSCIAMINA 104MCG+HOMATROPINA 1MG-CP; especificação técnica: Dipirona Sódica Apresentação: Associada À Escopolamina Butilbrometo , Composição: Homatropina Butilbrometo E Hiosciamina Bromidrato , Concentração: 300 Mg + 6,5 Mcg + 1 Mg + 104 MC;**(total de 1000 unidades).**

3.1.1.201. CURATIVO APLICAÇÃO; especificação técnica: Curativo / Cobertura Aplicação: P/ Ferida , Aspecto Físico: Malha / Gaze , Composição: À Base De Celulose C/Poliacrilato , Componente 1: C/ Polipropileno , Componente 3: C/Silicone , Componente 4: C/ Phmb , Dimensão: Cerca De 5 CM, Esterilidade: Estéril; **(total de 1000 unidades).**

3.1.1.202. ATADURA ORTOPÉDICA; especificação técnica: Atadura Ortopédica Material: Manta Contínua De Fibras De Algodão , Largura: Cerca De 10 Cm , Comprimento Em Repouso: Rolo Cerca De 1,0 M , Esterilidade: Não Estéril; **total de 1000 unidades (embalagem 1 unidade).**

3.1.1.203. FITA ADESIVA - USO CUTÂNEO - 50MMX10CM; especificação técnica: Fita Adesiva - Uso Cutâneo Tipo: Esparadrapo Impermeável , Material Dorso: À Base De Algodão E Fibra Sintética , Tipo De Adesivo: C/ Látex Natural , Largura Da Fita: Cerca De 50 Mm , Cor: C/ Cor , Apresentação: Rolo C/ Capa Protetora , Esterilidade: Não Estéril; **total de 50 unidades (rolo 10 metros).**

3.1.1.204. AGULHA 25X7; especificação técnica: Agulha Hipodérmica Material: Aço Inoxidável Siliconizado, Dimensão: 20 G X 1" , Tipo Ponta: Bisel Curto Trifacetado , Tipo Conexão: Conector Luer Lock Ou Slip Em Plástico , Tipo Fixação: Protetor Plástico , Tipo Uso: Estéril, Descartável, Embalagem Individual; **total de 5 unidades (caixa 100 unidades).**

3.1.1.205. SERINGA 5ML; especificação técnica: Seringa Material: Polipropileno , Capacidade: 5 ML, Tipo Bico: Bico Compatível C/ Via Enteral , Tipo Vedação: Êmbolo De Borracha , Adicional: Graduada, Numerada , Esterilidade: Estéril, Uso Único , Apresentação: Embalagem Individual; **total de 5 unidades (caixa 100 unidades).**

3.1.1.206. ÁLCOOL 100ML; especificação técnica: Álcool Etilico Tipo: Hidratado , Teor Alcoólico: 70%_ (70° Gl) , Apresentação: Líquido; **total de 100 unidades (frasco 100 mililitros).**

3.1.1.207. OTOSCÓPIO; especificação técnica: Otoscópio Tipo: Clínico, Portátil , Características Adicionais: Led Alta Intensidade, Transmissão Por Fibra Óptica, Zoom Óptico: Mínimo 3 Vezes , Componentes: Jogo De Espéculos Reutilizáveis , Tipo Proteção: Estojo Próprio , Alimentação: Bivolt Automático, Bateria Recarregável; **total de 2 unidades.**

3.1.1.208. ESFIGMOMANÔMETRO DIGITAL; especificação técnica: Esfigmomanômetro Ajuste: Digital , Tipo*: De Braço, Faixa De Operação: Até 300 MMHG, Material Braçadeira: Braçadeira Em Nylon , Tipo Fecho: Fecho Em Velcro , Tamanho: Adulto; **total de 4 unidades.**

3.1.1.209. ESFIGMOMANÔMETRO MANUAL; especificação técnica: Esfigmomanômetro Ajuste: Analógico, Aneróide , Tipo*: De Braço , Faixa De Operação: Até 300 MMHG, Material Braçadeira: Braçadeira Em Nylon , Tipo Fecho: Fecho Em Velcro , Tamanho: Adulto; **total de 2 unidades.**

3.1.1.210. ESTETOSCÓPIO; especificação técnica: Auscultador Material: Em Metal Cromado , Diâmetro: Diâmetro De 4,5cm, Conector De 4mm , Material Conexão: Em Metal , Material Membrana: Membrana Em Pvc Flexível , Aplicação: Estetoscópio Adulto; **total de 2 unidades.**

3.1.1.211. COLETOR DE RESÍDUOS DE SERVIÇO DE SAÚDE; especificação técnica: Coletor De Resíduos De Serviço De Saúde Tipo De Resíduo: Grupo E - Resíduo Perfurocortante Infectante , Tipo Risco: Risco Biológico , Capacidade: Cerca De 3 L, Material: Caixa De Plástico Rígida , Componente: Encaixe P/ Desconexão De Agulha , Fechamento: C/ Vedação , Uso: Uso Único; **total de 30 unidades.**

3.1.1.212. TIPOIA ORTOPÉDICA DESCARTÁVEL; especificação técnica: Imobilizador (Órtese) Tipo: P/ Membro Superior , Material: Polímero C/ Forro Atoalhado , Tamanho: Tamanho Único , Posição: Abdução 90 Graus , Modelo: Axilo Palmar Tipo Aeroplano; **total de 100 unidades.**

3.1.1.213. CALÇADO ORTOPÉDICO TAMANHO M; especificação técnica: Calçado Terapêutico Tipo: Tênis , Material: Couro, Tamanho: Adulto Sob Medida , Tipo Fecho: C/ Cadarço , Revestimento: Acolchoado , Tipo Sola: Sola De Borracha Antiderrapante , Opcionais: C/ Palmilha E Compensação; **total de 4 unidades (par).**

3.1.1.214. CALÇADO ORTOPÉDICO TAMANHO G; especificação técnica: Calçado Terapêutico Tipo: Tênis , Material: Couro , Tamanho: Adulto Sob Medida , Tipo Fecho: C/ Cadarço , Revestimento: Acolchoado , Tipo Sola: Sola De Borracha Antiderrapante , Opcionais: C/ Palmilha E Compensação; **total de 4 unidades (par).**

3.1.1.215. CURATIVO CUTÂNEO COMPONENTE 1; especificação técnica: Curativo Cutâneo Componente 1: C/ Almofada Fibras Sintéticas , Componente 2: Base Adesiva , Dimensão: Cerca De 2,5 X 10 CM, Esterilidade: Uso Único; **total de 1000 unidades.**

3.1.1.216. FIXADOR RADIOLÓGICO; especificação técnica: Fixador tipo Kodak para Filmes Radiográficos Odontológico; Composto Por Tiosulfato de Amônia 10-15%; Em Solução Pronta para Uso; Processamento Manual; similar/equivalente ou superior a Kodak; Embalado Em Frasco Com 475 ML Aproximadamente; **total de 20 unidades (litro).**

3.1.1.217. REVELADOR RADIOLÓGICO; especificação técnica: Revelador tipo Kodak para Filme Radiográfico Odontológico; Composto de Hidroxinona 2%; Em Solução Pronta para Uso; Processamento Manual; similar /equivalente ou superior a Kodak; Embalado Em Frasco Com 475 ML; **total de 20 unidades (litro).**

3.1.1.218. PONTEIRA ULTRASSOM ODONTOLÓGICO; especificação técnica: ponta para ultrassom odontológico; marca similar/equivalente ou superior a Dabi Atlante; perío sub modelo Profi; tipo perío sub; ponta ativa em aço inox aisi 420; autoclavável; embalagem individual; constando externamente marca e procedência; **(total de 20 unidades).**

3.1.1.219. CARBONO PARA ARTICULAR USO ODONTOLÓGICO; especificação técnica: carbono para odontologia Rolo de 20 metros, 12 micras, dupla cor, focado em ajuste de alta precisão; **total de 20 unidades (rolo 20 metros).**

3.1.1.220. BARREIRA GENGIVAL; especificação técnica: Isolante -barreira gengival- uso odontológico; Barreira gengival. Isolante - Uso Odontológico Composição Básica: Metacrilato , Aspecto Físico: Resina Tixotrópica , Tipo Uso: Barreira Gengival , Características Adicionais: Fotopolimerizável , Apresentação: Seringa C/ 1 - 1,2 G; **(total de 30 unidades).**

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1. Os critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição dos objetos, devem ser atendidos.

Garantia da contratação

4.2. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 15 (quinze) dias, contados do(a) emissão da nota de empenho, à cada acinamento da Ata de Registro de Preços.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, o fornecedor deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 05 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no(s) seguinte(s) endereço(s) COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR 5, CPI-5, situado na Avenida dos Estudantes nº 1980 – Boa Vista – São Jose do Rio Preto/SP – Cep 15025-310.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 12 (doze) meses, contado a partir do 1º (primeiro) dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.4.1. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido na subdivisão acima, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a celebração da contratação, o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17).

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II).

6.7.2. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso IV).

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Lei federal nº 14.133, de 2021, artigo 117, § 2º).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II).

Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, inciso II e III).

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, inciso IV).

6.8.2. Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

Gestor do Contrato

6.9. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º).

6.10. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso IX).

6.11. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VI).

6.12. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VIII).

6.13. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VII e parágrafo único).

6.14. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação do Contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal/Fatura no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao Sicaf ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.12. A Administração deverá realizar consulta ao Sicaf para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.13. Constatando-se, junto ao Sicaf, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.15. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao Sicaf.

Prazo de pagamento

7.17. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

7.18. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (art. 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023, c/c o art. 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados pro rata temporis, em relação ao atraso verificado.

Forma de pagamento

7.19. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A.

7.19.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do art. 8º da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

7.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.21. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.21.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.22. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será com entrega parcelada, conforme o acionamento da Ata de Registro de preços.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI :** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. **Sociedade empresária:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10 **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à Lei nº 12.690, de 2012; documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;

8.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital quanto ao Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, e, nos termos da Lei Complementar nº 214, de 2025, quanto ao Imposto sobre Bens e Serviços - IBS, e/ou de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.19. Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.21. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023), ou de sociedade simples;

8.22. Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária;

8.23. O atendimento dos índices econômicos previstos nesta seção deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Outras comprovações

8.24. Tratando-se de consórcio:

8.24.1. Apresentação do compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados, o qual deverá incluir, pelo menos, os seguintes elementos:

- a) Designação do consórcio e sua composição;
- b) Finalidade do consórcio;
- c) Prazo de duração do consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo de vigência contratual;
- d) Endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre os consorciados;
- e) Definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado e das prestações específicas;
- f) Previsão de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato, abrangendo também os encargos fiscais, trabalhistas e administrativos referentes ao objeto da contratação;
- g) Indicação da empresa líder do consórcio e seu respectivo representante legal, que deverá ter poderes para receber citação, interpor e desistir de recursos, firmar a contratação e praticar todos os demais atos necessários à participação na licitação e execução do objeto contratado, sendo responsável pela representação do consórcio perante a Administração;
- h) Compromisso subscrito pelas consorciadas de que o consórcio não terá a sua composição modificada sem a prévia e expressa anuência do Contratante até o integral cumprimento do objeto da contratação, observado o prazo de duração do consórcio, definido na alínea “c” desta subdivisão.

8.24.2. O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração da contratação, a constituição e o registro do consórcio, nos termos de seu compromisso de constituição.

8.24.3. Cada consorciado, individualmente, deverá atender as exigências relativas a habilitação jurídica e habilitação fiscal, social e trabalhista, e a certidão negativa de falência/insolvência. Para efeito de habilitação econômico-financeira e de habilitação técnica, quando exigida, será observado o disposto no inciso III do caput do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.24.4. A inabilitação de qualquer consorciado acarretará a automática inabilitação do consórcio.

8.25. Tratando-se de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021:

8.25.1 A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.25.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.25.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

8.25.4. Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia;

8.25.5. Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.25.6. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

8.25.7. Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento às subdivisões anteriores.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O valor estimado total da contratação é de R\$ 619.545,86 (seiscentos e dezenove mil, quinhentos e quarenta e cinco reais e oitenta e seis centavos), conforme custos unitários apostos na tabela acima. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

10.2. No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: 180160;

10.3. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

São José do Rio Preto, 12 de maio de 2026.

2. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

CARLOS EDUARDO PAVANI

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 14/05/2026 às 09:41:07.

ANEXO II

[MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS]

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR-5

UNIDADE GESTORA EXECUTORA 180160

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 90074/2026

O ESTADO DE SÃO PAULO/POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO, por intermédio do(a) **COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR CINCO (CPI-5)** com sede no(a) Avenida dos Estudantes, nº 1980, Bairro Boa Vista, na cidade de São José do Rio Preto/Estado de São Paulo, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 04.198.514/0071-67, neste ato representado(a) pelo(a) **CORONEL PM PAULO HENRIQUE BELTRAMI, na condição de Dirigente da UGE 180160**, nomeado(a) pelo Comunicado nº CPI5-002/14/25, de 22 de agosto de 2025, publicado(a) no DOE de 25 de agosto de 2025, inscrito(a) no CPF sob o nº 181.448.648-33, no uso da competência conferida pela legislação aplicável, considerando o resultado obtido conforme o processo administrativo n.º **20260427016** resolve celebrar a presente ATA de REGISTRO DE PREÇOS, procedendo ao registro dos preços do(s) fornecedor(es) indicado(s) e qualificado(s) nesta ata, de acordo com a classificação por ele(s) alcançada e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo às condições previstas no **Edital de Licitação Nº CPI5-90074/2026**, sujeitando-se as partes às normas constantes na [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), no [Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023](#), c/c o [Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023](#), e demais preceitos da legislação aplicável, e em conformidade com as disposições a seguir, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação **aquisição de insumos e medicamentos para UIS Médica e Odontológica da sede do CPI-5 e Unidades subordinadas**, conforme o detalhamento e as especificações técnicas constantes da documentação que constitui Anexo do **Termo de Referência Nº 141/26, Edital de Licitação Nº CPI5-90074/2026** que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo desta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão ou entidade gerenciadora será a **UGE 180160 – Comando de Policiamento do Interior Cinco (CPI-5), com sede na Avenida dos Estudantes, nº 1980, Bairro Boa Vista, São José do Rio Preto/SP.**

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Não será admitida a adesão a esta ata de registro de preços, conforme base nas seguintes justificativas:

4.1.1. Considerando as peculiaridades regionais desta Unidade, verifica-se que a demanda operacional é dimensionada de acordo com características específicas do território sob responsabilidade do CPI-5, tais como extensão territorial, infraestrutura disponível, volume de ocorrências e capacidade logística instalada;

4.1.2. Nesse contexto, a eventual autorização de adesão de participantes externos à presente Ata de Registro de Preços implicaria em aumento significativo da demanda patrimonial sob gestão, ultrapassando a atual capacidade administrativa e operacional desta Unidade. Tal ampliação poderia comprometer o adequado acompanhamento e fiscalização, bem como a correta execução contratual, em afronta aos princípios da eficiência e da economicidade que regem a Administração Pública;

4.1.3. Assim, em razão da limitação estrutural e da necessidade de preservar a efetividade da gestão de itens permanentes no âmbito do CPI-5, não se mostra possível autorizar a adesão pretendida, restringindo-se a execução da Ata às demandas originárias desta Unidade.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. O prazo de vigência e validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do 1º (primeiro) dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.2. A contratação decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e serão observadas, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.2.1. Na formalização do instrumento da contratação deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.3. A formalização da contratação com os fornecedores registrados nesta ata de registro de preços deverá ocorrer no prazo de validade deste instrumento.

5.4. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

5.5. As contratações respeitarão a ordem de classificação dos fornecedores registrados nesta ata.

5.6. O registro de fornecedores que esteja incluído nesta ata na forma de anexo - ao se verificar a existência de fornecedor(es) que tenha(m) aceitado cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário ou que tenha(m) mantido sua proposta original - consiste na formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.7. A habilitação do(s) fornecedor(es) que compõe(m) o cadastro de reserva na hipótese a que se refere o item 5.5, será(ão) efetuada(s) quando houver necessidade de contratação do(s) fornecedor(es) remanescente(s), por impossibilidade de atendimento da demanda pelo signatário da ata, observada a disciplina estabelecida nesta ata e no instrumento convocatório mencionado no item 1.1.

5.6. O preço registrado, com indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência desta ata de registro de preços.

5.7. Caso se caracterize hipótese de impossibilidade de atendimento da demanda pelo signatário da ata de que trata o item 5.6, observado o disposto no referido item, ficará facultado à Administração convocar os fornecedores remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para contratação nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.7.1. Na hipótese de nenhum dos fornecedores que tenham aceitado cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nas condições propostas pelo primeiro classificado nos termos da subdivisão acima, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização na forma prevista na documentação que integra o instrumento convocatório mencionado no item 1.1, poderá:

5.7.2. Convocar para negociação os fornecedores remanescentes que tenham mantido sua proposta original, quando houver, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

5.7.3. Adjudicar e celebrar a contratação nas condições ofertadas pelos fornecedores remanescentes, observado o disposto nas subdivisões deste item 5 e a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.8. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, desde que devidamente justificada.

5.9. No prazo de validade deste instrumento, o(s) órgão(s) ou entidade(s) participante(s) não participará(ão) em outra ata de registro de preços com o mesmo objeto, salvo na hipótese do inciso VIII do *caput* do art. 82 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), quando for o caso.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do(s) item(ns) registrado(s), nas seguintes situações:

a) em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do *caput* do art. 124 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

b) em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou da superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.

6.2. É previsto reajustamento dos preços registrados nesta ata, observados os mesmos critérios estabelecidos no instrumento convocatório mencionado no item 1.1 para o reajustamento dos preços de eventual contratação dela decorrente.

6.2.1. Caso seja(m) realizado(s) reajustamento(s) dos preços desta ata, somente caberá reajustamento dos preços de eventual contratação dela decorrente se forem observados os requisitos especificados no respectivo instrumento, e for ultrapassado o interregno mínimo de 1 (um) ano contado a partir dos efeitos do último reajustamento dos preços desta ata anterior à celebração da referida contratação. No caso de reajustamento(s) subsequente(s) ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos do último reajustamento.

Vedação a acréscimo de quantitativos

6.3. É vedado:

a) efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Quando, por motivo superveniente, o preço registrado se tornar superior àquele praticado no mercado, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a sua redução.

7.1.1. Quando for exitosa a negociação a que alude a subdivisão acima, o órgão ou entidade gerenciadora comunicará o novo preço aos órgãos e entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços, para que realizem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.1.2. O fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas, caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado.

7.1.2.1. Na hipótese prevista na subdivisão acima, o órgão ou entidade gerenciadora convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observado o disposto no item 9.1.3.

7.1.2.1.1. O órgão ou entidade gerenciadora cancelará a ata de registro de preços, nos termos do disposto no item 9.2, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa, caso, nas negociações a que alude a subdivisão acima, os fornecedores do cadastro de reserva não aceitem reduzir seus preços aos valores de mercado.

7.2. Quando o preço praticado no mercado se tornar superior ao preço registrado, o fornecedor poderá requerer ao órgão ou entidade gerenciadora a alteração do preço registrado, desde que observe os requisitos especificados no item 7.2.1.

7.2.1. O requerimento a que alude o item 7.2 deverá observar o disposto no item 6.1 e estar acompanhado de:

- a) prova de fato superveniente que impossibilite o cumprimento do compromisso registrado nesta ata;
- b) documentação comprobatória da inviabilidade de manutenção do preço registrado.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação dos requisitos especificados nos itens 7.2 e 7.2.1:

- a) o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora;
- b) o fornecedor deverá cumprir o compromisso registrado na ata sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, em especial aquelas previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.2.3. Quando realizado o cancelamento do registro do fornecedor a que alude a alínea “b” do item 7.2.2, o órgão ou entidade gerenciadora convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.6.

7.2.3.1. O órgão ou entidade gerenciadora cancelará a ata de registro de preços, nos termos do item 9.2, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa, caso não obtenha êxito nas negociações a que alude a subdivisão acima.

7.2.4. Quando forem comprovados os requisitos estabelecidos nos itens 7.2 e 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora:

- a) alterará o preço registrado, observados os valores praticados pelo mercado, no limite do impacto causado pelos fatos supervenientes ensejadores da inviabilidade de manutenção do preço inicial;
- b) comunicará o novo preço aos órgãos e entidades que tiverem firmado contratos decorrentes desta ata de registro de preços, para eventual alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nesta ata de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou entidades participantes do registro

de preços e, caso seja admitida a adesão no item 4 deste instrumento, órgãos ou entidades não participantes, nas seguintes condições:

- c) de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
- d) de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, caso seja admitida a adesão no item 4 deste instrumento, hipótese em que serão observados os limites previstos no art. 86 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.2. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para fins do remanejamento.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora somente autorizará o remanejamento solicitado que seja justificado pelo solicitante, se houver prévia anuência do fornecedor e do órgão ou entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O órgão ou entidade gerenciadora cancelará o registro do fornecedor quando este:

- a) descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- b) se recusar a formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no item 7.2.2; ou
- d) for apenado com sanção prevista no inciso III do *caput* do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), aplicada no âmbito da Administração Pública do Estado de São Paulo, ou sanção prevista no inciso IV do *caput* do mesmo artigo.

9.1.2. Na hipótese a que alude a alínea “d” da subdivisão anterior, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência desta ata de registro de preços, o órgão ou entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, sendo vedadas novas contratações derivadas desta ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.1.3. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

9.1.4. Quando for cancelado o registro do fornecedor, o órgão ou entidade gerenciadora poderá convocar os fornecedores que compõem o cadastro de reserva, observados a ordem de classificação e o disposto no item 5.6.

9.1.5. O órgão ou entidade participante deverá informar ao órgão ou entidade gerenciadora qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

9.2. O órgão ou entidade gerenciadora poderá, justificadamente, cancelar, total ou parcialmente, os preços registrados nesta ata de registro de preços:

- d) por razão de interesse público;
- e) a pedido do fornecedor, à vista de prova da ocorrência superveniente de caso fortuito ou força maior que impossibilitem o cumprimento do compromisso registrado; ou
- f) se não houver êxito nas negociações, nos termos dos itens 7.1.2.1.1 e 7.2.3.1.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento desta Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no instrumento convocatório mencionado no item 1.1, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

10.1.1. As sanções cabíveis também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

10.2. É da competência do órgão ou entidade gerenciadora, garantidos o contraditório e a ampla defesa, aplicar as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações.

10.3. É da competência do respectivo órgão ou entidade participante, garantidos o contraditório e a ampla defesa, aplicar as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preços, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações.

10.4. O órgão ou entidade participante deverá informar ao órgão ou entidade gerenciadora as ocorrências de que trata o item 9.1.4, para a finalidade indicada nessa disposição.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. Os fornecedores registrados nesta ata de registro de preços estarão obrigados a celebrar as contratações que dela poderão advir nas condições estabelecidas, observado o disposto no instrumento convocatório mencionado no item 1.1 e neste instrumento.

11.1.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a celebrar contratações decorrentes desta ata de registro de preços, observando-se o disposto no item 5.9.

11.2. A contratação com os fornecedores registrados nesta ata será formalizada pelo órgão ou entidade interessada mediante a assinatura de termo de contrato, cuja minuta integra como Anexo o instrumento convocatório mencionado no item 1.1.

11.2.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo fornecedor para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, o órgão ou entidade interessada verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

11.2.2. Se não for possível atualizar os documentos referidos na subdivisão acima por meio eletrônico hábil de informações, o fornecedor será notificado para, no prazo de **02 (dois) dias úteis**, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

11.2.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do fornecedor no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”. Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da [Lei estadual nº 12.799, de 2008](#).

11.2.4. Com a finalidade de verificar se o fornecedor mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no instrumento convocatório mencionado no item 1.1.

11.2.5. Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:

11.2.5.1. a apresentação do(s) documento(s) que deva(m) ser exibido(s) pelo fornecedor anteriormente ou por ocasião da celebração da contratação, caso exigida em disposição(ões) ou declaração(ões) específica(s) que esteja(m) prevista(s) no instrumento convocatório mencionado no item 1.1 ou na documentação que o integra como Anexo;

11.3. O fornecedor terá o prazo de **05 (cinco) dias**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decadência, sem prejuízo das sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#).

11.3.1. O contrato será assinado com a utilização de meio eletrônico, nos termos da legislação aplicável.

11.3.2. O prazo para assinatura previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração.

11.3.3. Será considerado celebrado o contrato, em caso de assinaturas por meio eletrônico em datas diferentes, na data da última assinatura eletrônica das partes do termo contratual.

11.4. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos na documentação que integra o instrumento convocatório mencionado no item 1.1.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada **em 02 (duas) via(s)**, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelo(a) representante do órgão ou entidade gerenciadora e pelo(as) representante(s) do(s) fornecedor(es) registrado(s), e por testemunhas, todos abaixo identificados.

São José do Rio Preto/SP, na data da assinatura eletrônica do dirigente.

DIRIGENTE UGE 180160

Representante legal do órgão ou entidade gerenciadora

EMPRESA CLASSIFICADA EM 1º LUGAR NO(S) GRUPO(S) / ITEM(NS)

Representante legal

TESTEMUNHAS:

1 – testemunha 01

CPF:

2 – testemunha 02

CPF:

ANEXO
CADASTRO DE RESERVA

Fica registrado que, para os grupos/itens nº XXX, (houve/não houve) a composição de cadastro reserva, uma vez que os licitantes remanescentes, devidamente convocados/consultados via plataforma [compras.gov](https://compras.gov.br), (manifestaram/não manifestaram) interesse em aderir aos preços do adjudicatário melhor classificado para fins de registro, nos termos do art. 82, § 5º, da Lei nº 14.133/2021.

DIRIGENTE UGE 180160
Representante legal do órgão ou entidade gerenciadora

ANEXO III

**TÍTULO IV
DAS IRREGULARIDADES
CAPÍTULO I
DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
Lei Federal 14.133/21**

Art. 155. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Art. 156. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

- I - advertência;
- II - multa;
- III - impedimento de licitar e contratar;
- IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

§ 1º Na aplicação das sanções serão considerados:

- I - a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II - as peculiaridades do caso concreto; 20/02/2024,
- III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§ 2º A sanção prevista no inciso I do caput deste artigo será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

§ 3º A sanção prevista no inciso II do caput deste artigo, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 desta Lei.

§ 4º A sanção prevista no inciso III do caput deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

§ 5º A sanção prevista no inciso IV do caput deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 desta Lei, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 6º A sanção estabelecida no inciso IV do caput deste artigo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

I - quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;

II - quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.

§ 7º As sanções previstas nos incisos I, III e IV do caput deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do caput deste artigo.

§ 8º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

§ 9º A aplicação das sanções previstas no caput deste artigo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

Art. 157. Na aplicação da sanção prevista no inciso II do caput do art. 156 desta Lei, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

Art. 158. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 desta Lei requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

§ 1º Em órgão ou entidade da Administração Pública cujo quadro funcional não seja formado de servidores estatutários, a comissão a que se refere o caput deste artigo será composta de 2 (dois) ou mais empregados públicos pertencentes aos seus quadros permanentes, preferencialmente com, no mínimo, 3 (três) anos de tempo de serviço no órgão ou entidade.

§ 2º Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

§ 3º Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

§ 4º A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

I - interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o caput deste artigo;

II - suspensão pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

III - suspensão por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

Art. 159. Os atos previstos como infrações administrativas nesta Lei ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

Parágrafo único. (VETADO).

Art. 160. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

Art. 161. Os órgãos e entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de todos os entes federativos deverão, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por eles aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal.

Parágrafo único. Para fins de aplicação das sanções previstas nos incisos I, II, III e IV do caput do art. 156 desta Lei, o Poder Executivo regulamentará a forma de cômputo e as consequências da soma de diversas sanções aplicadas a uma mesma empresa e derivadas de contratos distintos.

Art. 162. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista em edital ou em contrato.

Parágrafo único. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Lei.

Art. 163. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

- I - reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- II - pagamento da multa;
- III - transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- IV - cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- V - análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

Parágrafo único. A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do caput do art. 155 desta Lei exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.]

Brasília, 1º de abril de 2021; 200º da Independência e 133º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO

Anderson Gustavo Torres

Paulo Guedes

Tarcisio Gomes de Freitas

Marcelo Antônio Cartaxo Queiroga Lopes

Wagner de Campos Rosário

André Luiz de Almeida Mendonça

ANEXO III.1

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Publicado na Edição de 2 de março de 2026 | Caderno Executivo | Seção Atos Normativos

RESOLUÇÃO SSP-05/2026

Regulamenta a aplicação das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, no âmbito da Secretaria da Segurança Pública.

O SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA, no exercício de suas atribuições legais e regulamentares, e, considerando as significativas alterações introduzidas pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (LLCA), às licitações e contratações públicas, bem como a necessidade de disciplinar a aplicação de sanções, nos termos dos artigos 155 a 163 desse diploma legal,

RESOLVE:

CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

Artigo 1º - A aplicação de sanções aos licitantes e contratados, em decorrência de infrações cometidas em procedimentos licitatórios, em contratações administrativas e em outros ajustes regidos pela LLCA obedecerá ao disposto nesta Resolução.

Artigo 2º - São consideradas infrações para os fins desta Resolução:

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII - praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Artigo 3º - As sanções administrativas aplicáveis são:

- I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos.

Artigo 4º - Além das sanções previstas no artigo 3º desta Resolução, incidirá em multa de mora o contratado que der causa ao atraso injustificado na execução do contrato, na forma prevista em edital ou em contrato.

Parágrafo único. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Resolução.

Artigo 5º - Na aplicação das sanções a que se refere o artigo 2º desta Resolução, serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos à Administração que advierem da infração cometida;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§1º - São consideradas circunstâncias agravantes:

1 - a existência de registro do licitante ou contratado no E-Sanções ou na Relação de Apenados do TCESP, em vigência no momento do cometimento da infração, em decorrência de penalidade aplicada no âmbito da Secretaria da Segurança Pública, nos 12 (doze) meses anteriores ao fato ensejador da sanção;

2 - a desclassificação ou inabilitação por descumprimento das exigências do edital, quando for notória a impossibilidade de atendimento ao estabelecido;

3 - a inércia deliberada do licitante ou do contratado em face das diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório ou o inadimplemento de obrigações contratuais;

4 - a falsidade de declaração, apresentada pelo licitante, de que é beneficiário de tratamento diferenciado concedido em legislação específica;

5 - a reincidência na infração;

6 - a imprescindibilidade do bem ou serviço contratado para o funcionamento de serviços públicos ou satisfação de necessidade coletiva.

§ 2º - São consideradas circunstâncias atenuantes:

1 - a falha escusável do licitante ou contratado;

2- a apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído o licitante ou o contratado e que não sejam de fácil identificação por estes últimos;

3- a juntada de documentação que, embora não tenha atendido às exigências do edital, foi encaminhada de forma equivocada, sem indício de má-fé;

4 - a adoção de medidas destinadas a mitigar os efeitos danosos da conduta infracional.

Artigo 6º - Considera-se reincidência a repetição de conduta prevista no artigo 2º desta Resolução, sancionada por decisão administrativa irrecorrível.

Parágrafo único - Para efeito de reincidência, não prevalece a sanção anterior, se entre a data da decisão administrativa definitiva e aquela da prática posterior houver decorrido período superior a 5 (cinco) anos.

CAPÍTULO II - DAS SANÇÕES

Seção I – Da Advertência

Artigo 7º - A advertência será aplicada exclusivamente ao contratado que der causa à inexecução parcial do contrato, da qual não advenha grave dano à Administração, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

Parágrafo único - Será considerada inexecução parcial sem grave prejuízo à Administração aquela relacionada ao descumprimento de cláusulas contratuais, que não comprometa o cumprimento da execução contratual, bem como não cause dano ao interesse público.

Seção II – Da Multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução

Artigo 8º - A multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado e poderá ser aplicada a todas as infrações tratadas por esta Resolução.

Artigo 9º - Em caso de inexecução parcial do ajuste será aplicada a multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução, na seguinte conformidade:

I - aquisição de bens, contratação de prestação de serviços não contínuos e obras e serviços de engenharia: de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor total do contrato;

II - serviços e fornecimentos contínuos: de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor anual do contrato;

Artigo 10 – Em caso de inexecução total do ajuste será aplicada a multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução, na seguinte conformidade:

I - aquisição de bens, contratação de prestação de serviços não contínuos e obras e serviços de engenharia: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor total do contrato;

II - serviços e fornecimentos contínuos: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor anual do contrato.

Artigo 11 – A multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução será aplicada nos termos e percentuais abaixo indicados:

I - deixar de entregar a documentação exigida para o certame: de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;

II - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

III - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

IV - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

V - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

VI - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

VII - praticar atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

VIII - praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato.

Artigo 12 - Nas hipóteses de inexecução parcial ou total do contrato, a autoridade competente deverá deliberar, formalmente, quanto à vantajosidade da manutenção do contrato vigente ou inaugurar, imediatamente, os procedimentos para a extinção do contrato.

Seção III – Da multa de mora prevista no artigo 4º desta Resolução

Artigo 13 - Em caso de atraso injustificado na execução do contrato será aplicada a multa de mora prevista no artigo 4º desta Resolução:

I - sobre o valor da parcela inadimplida;

II - a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estipulado para cumprimento da obrigação.

§1º- A multa de mora prevista no caput deste artigo será:

1 - no caso de aquisição de bens ou de prestação de serviços não contínuos:

a) 0,5% (meio por cento) ao dia, para atraso de até 60 (sessenta) dias;

b) após 60 (sessenta) dias, ficará caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, sem prejuízo de eventual extinção unilateral em prazo inferior, conforme o caso.

2 - no caso de serviços e fornecimentos contínuos:

a) 0,5% (meio por cento) ao dia, para atraso de até 60 (sessenta) dias;

b) após 60 (sessenta) dias, ficará caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso, sem prejuízo de eventual extinção unilateral em prazo inferior, dadas as características do serviço prestado ou bem adquirido.

3 - no caso de obras e serviços de engenharia:

a) 0,7% (sete décimos por cento) ao dia, para atraso de até 30 (trinta) dias;

b) 1% (um por cento) ao dia, para atraso de até 30 (trinta) dias, no caso de reincidência;

c) após 30 (trinta) dias, ficará caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso, sem prejuízo de eventual extinção unilateral em prazo inferior, dadas as características do serviço prestado.

§ 2º – Os prazos referidos nos itens 1 a 3 do §1º deste artigo serão contados em dias corridos.

§ 3º – A multa de mora poderá:

1 - ser convertida na multa sancionatória prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução;

2 - ser aplicada em conjunto com as demais sanções previstas nesta Resolução;

3 - ensejar a extinção unilateral do contrato.

Seção IV – Do Impedimento de Licitar e Contratar

Artigo 14 - A sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta do Estado de São Paulo, será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações nos termos abaixo, quando não se justificar a imposição de declaração de inidoneidade, pelos seguintes prazos, respeitado o prazo máximo de 3 (três) anos:

I - de 3 (três) meses a 9 (nove) meses pela conduta de deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

II - de 6 (seis) meses a 18 (dezoito) meses pela conduta de:

- a) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- b) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- c) retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

III - de 12 (doze) meses a 3 (três) anos, pela conduta de dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

IV - de 2 (dois) anos a 3 (três) anos, pela conduta de dar causa à inexecução total do contrato.

Seção V – Da Declaração de Inidoneidade para Licitar ou Contratar

Artigo 15 – A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações nos termos abaixo, pelos seguintes prazos, devendo ser observado o prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos:

I - de 3 (três) anos a 5 (cinco) anos, pela conduta de praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

II - de 4 (quatro) anos a 6 (seis) anos pela conduta de:

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Parágrafo único - A sanção prevista no caput será aplicada quando justificada a imposição de penalidade mais grave pela prática das seguintes condutas, pelos seguintes prazos:

I - de 3 (três) anos a 5 (cinco) anos pela conduta de:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- c) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- d) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- e) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

II - de 4 (quatro) anos a 6 (seis) anos, pela conduta de dar causa à inexecução total do contrato;

CAPÍTULO III - DAS COMPETÊNCIAS

Artigo 16 - O Dirigente da Unidade Gestora Executora (UGE) será competente para:

I - instaurar os processos sancionatórios e de responsabilização;

II - aplicar as sanções de advertência e multa nos casos de inexecução parcial do contrato que não resulte em grave dano à Administração, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

III - aplicar as sanções decorrentes de infrações no procedimento licitatório para constituição de Sistema de Registro de Preços, do descumprimento do pactuado na ata de registro de preço, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações;

IV - aplicar as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preço, na condição de órgão participante, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações.

Parágrafo único – Os atos previstos neste artigo serão formalizados mediante despacho motivado, com a devida indicação dos fundamentos fáticos e jurídicos.

Artigo 17 - O Dirigente da Unidade Orçamentária (UO) será competente para aplicar:

I - sanção de multa pelas seguintes condutas:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) dar causa à inexecução total do contrato;
- c) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- d) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- g) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

- h) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- i) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- j) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- k) praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

II - a sanção de impedimento de licitar e contratar pelas seguintes condutas:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) dar causa à inexecução total do contrato;
- c) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- d) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

Artigo 18 - Compete exclusivamente ao Secretário de Segurança Pública a aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, prevista no artigo 15 desta resolução, que será precedida de análise pelo órgão jurídico da Pasta.

CAPÍTULO IV - DA APURAÇÃO DE INFRAÇÕES E APLICAÇÃO DE SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Seção I - Das espécies de processo para aplicação das sanções

Artigo 19 - A aplicação das sanções objeto desta Resolução obedecerá ao seguinte:

I - para as sanções previstas nos incisos I a II do artigo 3º, desta Resolução e para a multa de mora será instaurado processo sancionatório;

II - para as sanções previstas nos incisos III e IV, do artigo 3º, desta Resolução, será instaurado processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis.

§1º - O processo sancionatório e o processo de responsabilização terão início com o registro da infração.

§2º - O processo sancionatório e o processo de responsabilização deverão ser instaurados junto ao SEI/SP - Sistema Eletrônico de Informações do Estado de São Paulo - nos termos do Decreto nº 67.641, de 10 de abril de 2023, e ser relacionados, apensados ou anexados ao processo principal, de forma que a consulta a ambos possa ser simultânea.

§3º - O processo sancionatório e o processo de responsabilização deverão ser instruídos com as peças extraídas do processo principal identificadas individualmente, evitando a reunião de vários documentos em um único arquivo.

§4º - Com o início do processo sancionatório ou do processo de responsabilização, deverão ser notificados os emitentes das garantias que houver.

Seção II - Do registro da infração

Artigo 20 - Constatada a prática das infrações previstas nesta Resolução, no transcorrer do procedimento licitatório ou durante a execução do contrato, o fato deverá ser relatado formalmente ao Dirigente da UGE para que exerça o controle preventivo e delibere sobre o prosseguimento.

§1º - O relato formal da infração constitui um dever do agente público que tomar conhecimento do fato.

§ 2º - O relato formal da infração deverá conter os seguintes elementos:

- 1 - descrição da conduta irregular praticada pelo licitante ou contratado;
- 2 - motivação do ato, com enquadramento da situação fática às infrações previstas nesta Resolução;
- 3 - memorial de cálculo da multa, com base nesta Resolução;
- 4 - proposta de aplicação das sanções, nos termos desta Resolução.

§ 3º - O relato formal da infração será lavrado em documento digital, por meio do SEI/SP ou outro que venha a substituí-lo. § 4º - Compete:

1 - ao agente de contratação, bem como ao presidente da comissão de contratação, conforme o caso, o relato formal da infração cometida durante a licitação.

2 - ao gestor e a qualquer fiscal do contrato o relato formal da infração cometida durante a execução contratual.

§ 5º - Em sendo o relato formal da infração lavrado pelo fiscal do contrato, este deverá ser remetido preliminarmente ao gestor do contrato, para que exerça o controle preventivo do ato.

Seção III - Do processo sancionatório para aplicação de advertência

Artigo 21 - À vista de relato formal sobre inexecução parcial do contrato, sem grave dano à Administração, o dirigente da UGE determinará, mediante despacho fundamentado, a abertura do processo sancionatório para aplicação de advertência.

§ 1º - O despacho fundamentado consistirá na conferência e aprovação da aplicação da sanção.

§2º - Após seu despacho fundamentado o Dirigente de UGE encaminhará os autos ao gestor do contrato, para que intime o interessado para apresentar defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data do recebimento da intimação.

§ 3º - Expirado o prazo para manifestação do interessado, a autoridade competente proferirá decisão fundamentada.

Seção IV - Do processo sancionatório para aplicação da multa prevista no artigo 2º, inciso II desta Resolução e da multa de mora prevista no 3º desta Resolução

Artigo 22 - À vista de relato formal sobre a prática de infração sujeita à multa ou à multa de mora, o Dirigente da UGE determinará, mediante despacho fundamentado, a abertura do processo sancionatório.

§1º - O despacho fundamentado consistirá na conferência e aprovação da aplicação da multa proposta no relato formal.

§2º - Após seu despacho fundamentado o Dirigente de UGE encaminhará os autos ao gestor do contrato, para que intime o interessado para apresentar defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data do recebimento da intimação.

§3º - Expirado o prazo para manifestação do interessado, a autoridade competente proferirá decisão fundamentada.

§4º - Mantida a aplicação da penalidade, o interessado deverá ser intimado para ciência e, se for o caso, para pagamento da multa, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação para o recolhimento, devendo comprová-lo nos autos do processo sancionatório.

Seção V - Do processo de responsabilização para aplicação das penalidades de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Artigo 23 - À vista de relato formal sobre a prática de infração sujeita às penalidades de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, o Dirigente da UGE determinará, mediante despacho fundamentado, a abertura do processo de responsabilização, nos termos do artigo 19, inciso II desta Resolução.

§1º - O despacho fundamentado consistirá:

1 - Na conferência da penalidade proposta no relato formal;

2 - Na constituição de comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, de acordo com o artigo 19, inciso II desta Resolução.

§2º - A comissão referida no inciso II do §1º deste artigo:

1 - avaliará fatos e circunstâncias conhecidos;

2 - intimará o interessado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

3 - notificará os emitentes das garantias exigidas no contrato sobre o início do processo de responsabilização

Artigo 24 - Se estiverem presentes indícios que recomendem, desde logo, a rescisão unilateral do contrato, deverá o interessado ser intimado de ambas as consequências da infração constatada.

Artigo 25 - Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o interessado poderá apresentar alegações finais, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação.

Artigo 26 - Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

Artigo 27 - Finalizada a produção de provas ou expirado o prazo para alegações finais, a comissão elaborará relatório pormenorizado dos fatos no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis.

Artigo 28 - Os processos de responsabilização deverão ser remetidos, após o término da fase de instrução, à autoridade competente para fins de avaliação da regularidade do seu processamento.

Parágrafo único - Constatada a regularidade, a autoridade competente proferirá decisão, salvo nos casos de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, hipótese em que os autos serão remetidos ao órgão de assessoramento jurídico preliminarmente à decisão do Titular da Pasta.

Seção VI - Dos recursos

Artigo 29 - Da decisão que aplicar as sanções de advertência, multa, multa de mora e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da intimação.

Parágrafo único - O recurso deverá ser dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis contados do recebimento dos autos.

Artigo 30 - Da decisão que aplicar a sanção de inidoneidade para licitar e contratar, caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados do seu recebimento pela autoridade competente.

Artigo 31 - O recurso e o pedido de reconsideração suspenderão o ato ou a decisão recorrida, até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

Artigo 32 - Na elaboração de suas decisões, a autoridade competente será auxiliada pelo órgão de assessoramento jurídico, que deverá dirimir dúvidas e subsidiá-la com as informações necessárias.

Seção VII - Das intimações

Artigo 33 - A intimação dos atos previstos nesta Resolução será feita ao preposto ou ao representante legal do interessado, conforme o caso, mediante mensagem eletrônica formal por meio do SEI/SP ao endereço de e-mail registrado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF).

Parágrafo único - Resultando infrutífera a intimação a que refere o caput deste artigo, será esta efetuada por meio de publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

CAPÍTULO V - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 34 - A imposição das sanções previstas nesta Resolução não impede a propositura de ação judicial visando à reparação integral do dano causado.

Artigo 35 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

Artigo 36 - Aplica-se na contagem dos prazos previstos nesta Resolução o disposto no artigo 183 da LLCA.

Artigo 37 - A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

I - interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o caput deste artigo;

II - suspensão pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

III - suspensão por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

Artigo 38 - Os atos previstos como infrações administrativas na LLCA ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida lei.

Artigo 39 - A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na LLCA ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

Artigo 40 - Esta Resolução deverá integrar, obrigatoriamente, como anexo, os instrumentos convocatórios de licitação, os contratos e os instrumentos equivalentes, inclusive nas hipóteses de dispensa ou inexigibilidade de licitação.

Artigo 41 - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos em relação aos certames e contratos regidos pela Lei Federal nº 14.133/2021.

OSVALDO NICO GONÇALVES
Secretário da Segurança Pública

ANEXO IV
MODELO(S) REFERENTE(S) A PLANILHA DE PROPOSTA

ANEXO IV
MODELO DE PLANILHA DE PROPOSTA

PLANILHA DE PROPOSTA DE PREÇOS

UGE 180160 – COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR CINCO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90074/26

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 20260427016

1. DADOS DA EMPRESA (LICITANTE)

Razão Social	[Inserir Nome Completo da Empresa]
CNPJ	[00.000.000/0000-00]
Endereço	[Rua, Número, Bairro, Cidade/UF, CEP]
Telefone	[(00) 0000-0000]
Email	[contato@empresa.com.br]

2. DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL

Nome Completo: [Nome]

CPF: [000.000.000-00]

Cargo: [Sócio-Administrador / Procurador]

E-mail: [contato.representante@empresa.com.br]

Telefone: [(00) 0000-0000]

3. DADOS BANCÁRIOS (PARA PAGAMENTO)

Banco do Brasil

Agência: [0000-0]

Conta Corrente: [00000-0]

4. ESPECIFICAÇÕES DOS ITENS E PROPOSTA COMERCIAL

Item	Descrição Detalhada do Serviço	Unidade Fornecimento	Qtd.	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	[Descrever o item conforme o Termo de Referência. Ex: Cadeira de escritório ergonômica, marca X, modelo Y, com regulagem...]	Unid	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL	VALOR TOTAL DA PROPOSTA	R\$ 0,00			

4.1. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES SOBRE ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO (S) ITEM (NS)

[Descrever as especificações técnicas do item. Ex: Ar condicionado 16.000 BTUS, compressor Inverter, Frequência 60Hz, Fluido Refrigerante R32, tamanho (A x L x P) ...]

5. CATALOGAÇÃO VISUAL (IMAGENS DOS ITENS)

Conforme exigência editalícia, seguem as fotos/ilustrações dos produtos ofertados para fins de conferência técnica:

6. DECLARAÇÕES E VALIDADE

Validade da Proposta: [Mínimo de 365 dias, conforme edital].

Prazo de Entrega: [Conforme Termo de Referência].

Garantia: [Inserir prazo de garantia oferecido].

Declaramos que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas decorrentes da execução do objeto, tais como tributos (diretos e indiretos), fretes, seguros, encargos sociais, trabalhistas e todas as demais despesas necessárias ao cumprimento das obrigações do contrato.

[Localidade], [Dia] de [Mês] de [Ano].

Assinatura Digital (com protocolo válido A3 ou gov.br)
[NOME DO REPRESENTANTE LEGAL]

ANEXO IV.1**PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS****UGE 180160 – COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR CINCO****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90074/26****PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 20260427016****1. DADOS DA EMPRESA (LICITANTE)**

Razão Social	<i>[Inserir Nome Completo da Empresa]</i>
CNPJ	<i>[00.000.000/0000-00]</i>
Endereço	<i>[Rua, Número, Bairro, Cidade/UF, CEP]</i>
Telefone	<i>[(00) 0000-0000]</i>
Email	<i>[contato@empresa.com.br]</i>

2. COMPOSIÇÃO DO CUSTO UNITÁRIO (POR ITEM)*Preencher uma tabela desta para cada item do edital.***ITEM 01:** *[Nome do Produto/Serviço]*

Descrição do Custo	Valor (R\$) / %	Observação
A. Custo Direto de Aquisição/Produção	R\$ 0,00	Preço de fábrica ou custo de insumos
B. Logística e Frete (CIF)	R\$ 0,00	Transporte até o local de entrega

Descrição do Custo	Valor (R\$) / %	Observação
C. Tributos Incidentes	[]%	ICMS, ISS, PIS, COFINS (conforme regime)
D. Custos Indiretos / Adm.	[]%	Rateio de aluguel, luz, adm da empresa
E. Lucro Operacional	[]%	Margem líquida da empresa
F. Outras Despesas	R\$ 0,00	Seguros, taxas, garantias
TOTAL DO ITEM (A+B+C+D+E+F)	R\$ 0,00	Deve coincidir com a Proposta Comercial

3. DETALHAMENTO DO BDI (Bonificação e Despesas Indiretas)

O BDI é a taxa percentual aplicada sobre o custo direto para cobrir as despesas indiretas e o lucro.

Componente do BDI	Percentual (%)
Administração Central (AC)	0,00%
Seguro (S) e Garantia (G)	0,00%
Risco (R)	0,00%
Despesas Financeiras (DF)	0,00%
Lucro (L)	0,00%
Tributos (PIS, COFINS, ISS)	0,00%
TOTAL DO BDI APLICADO	0,00%

4. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Base de Cálculo de Tributos: *[Ex.: Empresa optante pelo Simples Nacional, alíquota efetiva de X% conforme anexo Y da LC 123/06].*

Prazo de Validade dos Preços: *[Mínimo de 60 dias].*

Garantia dos Itens: *[X meses/anos].*

5. DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Declaramos, sob as penas da lei, que os dados acima refletem fielmente a estrutura de custos da nossa empresa para a execução deste objeto, e que temos plena ciência de que a omissão de custos obrigatórios ou a indicação de valores inexequíveis podem levar à desclassificação e sanções administrativas.

[Localidade], [Dia] de [Mês] de [Ano].

Assinatura Digital (com protocolo válido A3 ou gov.br)
[NOME DO REPRESENTANTE LEGAL]

ANEXO V

MODELO(S) DE DECLARAÇÃO(ÕES)

ANEXO V.1

MODELO DE DECLARAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

(em papel timbrado do licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de representante legal de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº 90074/2026, Processo nº ,20260427016 DECLARO, sob as penas da Lei, que o licitante:

a) *cumpr* as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do parágrafo único do artigo 117 da Constituição Estadual;

b) no caso de utilização na execução do objeto deste certame de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa da flora brasileira referidos no artigo 1º do Decreto estadual nº 66.819, de 6 de junho de 2022, cumprirá a obrigação de proceder às respectivas aquisições de pessoa jurídica com inscrição validada no CADMADEIRA, em conformidade com o Decreto supracitado;

c) no caso de utilização na execução do objeto deste certame de produtos ou subprodutos de origem mineral referidos no § 1º do artigo 1º do Decreto estadual nº 67.409, de 28 de dezembro de 2022, cumprirá a obrigação de proceder às respectivas aquisições de pessoa jurídica com inscrição validada no CADMINÉRIO, em conformidade com o Decreto supracitado;

d) tem ciência de que o descumprimento do Decreto estadual nº 66.819, de 2022, ou do Decreto estadual nº 67.409, de 2022, poderá acarretar a extinção do contrato por ato unilateral da Administração, bem como a aplicação das sanções administrativas cabíveis, observadas as normas legais e regulamentares pertinentes, independentemente da responsabilização na esfera criminal; e

e) se compromete a cumprir o disposto na Lei estadual nº 12.684, de 26 de julho de 2007, a qual proíbe o uso, no Estado de São Paulo, de produtos, materiais ou artefatos que contenham quaisquer tipos de amianto ou asbesto ou outros minerais que, acidentalmente, tenham fibras de amianto na sua composição.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)

ANEXO VI**DECRETO Nº 62.867, DE 03 DE OUTUBRO DE 2017**

Dispõe sobre a centralização das operações de natureza financeira da Administração Direta e Indireta do Estado, regulamenta a atividade de agente financeiro do Tesouro Estadual e dá providências correlatas
GERALDO ALCKMIN, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais, Decreta:

Artigo 1º - Os pagamentos de despesas, obrigações ou responsabilidades de qualquer natureza, inclusive os decorrentes de decisões judiciais, de serviços da dívida pública ou de transferências, processados pelos órgãos que integram a Administração Direta do Estado, deverão ser executados exclusivamente pelo Banco do Brasil S.A., na forma estabelecida por este decreto.

Parágrafo único - O disposto neste artigo aplica-se às Autarquias, inclusive às Universidades, às Fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público, às Empresas em cujo capital o Estado tenha participação majoritária, aos Fundos Especiais de Despesa e aos Fundos Especiais de Financiamento e Investimento.

Artigo 2º - O processamento de todas as movimentações financeiras de pagamentos a credores, incluindo fornecedores, no país e no exterior, bem como de quaisquer pagamentos ou outras transferências de recursos financeiros feitos pela Administração Direta e Indireta do Estado, incluídas as operações de câmbio e comércio exterior, deverão ser efetuados por meio do Banco do Brasil S.A.

Parágrafo único - Excepcionalmente, para credores e fornecedores eventuais, não correntistas, cujo valor das transferências referidas neste artigo, não exceda a 100 (cem) Unidades Fiscais do Estado de São Paulo - UFESP's, poderão ser processadas transferências com a emissão de cheque nominativo cruzado ou ordem de pagamento.

Artigo 3º - Os pagamentos de vencimentos, salários, subsídios, proventos ou pensões aos servidores civis e militares, ativos, inativos, pensionistas e beneficiários de pensões especiais do Poder Executivo da Administração Direta e Indireta do Estado, serão feitos exclusivamente no Banco do Brasil S.A.

Parágrafo único - O disposto neste artigo não se aplica aos inativos e pensionistas que residam no exterior ou em municípios que não possuam agências do Banco do Brasil S.A.

Artigo 4º - Excetua-se do disposto no presente decreto as devoluções de cauções, fianças e de impostos, taxas e multas, bem como os pagamentos e operações que, por imposição legal, judicial, regulamentar ou decorrentes de cláusulas de convênios ou contratos, ou ainda por disposição do Acordo Base de Parceria Institucional firmado nos termos do [Decreto nº 60.244, de 14 de março de 2014](#) Legislação do Estado, não possam ser formalizados por intermédio do Banco do Brasil S.A.

Artigo 5º - O Banco do Brasil S.A. deverá dispor de agência centralizadora localizada na cidade de São Paulo, destinada ao repasse e transferência do produto da arrecadação de tributos e demais receitas do Estado, depositado pelas instituições bancárias.

§ 1º - O repasse e a transferência a que se refere o "caput" deste artigo serão efetuados mediante procedimentos definidos pela Secretaria da Fazenda.

§ 2º - Os ingressos de demais receitas públicas estaduais, orçamentárias e extra-orçamentárias, deverão ser processados pelo Banco do Brasil S.A., quando autorizado, e depositados nas contas denominadas de tipo "C" dos respectivos órgãos e entidades de que trata o artigo 1º e parágrafo único deste decreto.

Artigo 6º - O Banco do Brasil S.A., nos casos em que estiver apto a receber, deverá processar, mediante autorização dos órgãos e entidades de que trata o artigo 1º e parágrafo único deste decreto, as despesas com FGTS, INSS, PIS/PASEP, COFINS, IRRF, CSLL, assim como as operações oficiais de compra e venda de moeda estrangeira, inclusive para fins de fechamento de contratos de câmbio nas importações e exportações.

Artigo 7º - As aplicações financeiras dos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Estado deverão ser centralizadas no Banco do Brasil S.A., observado o disposto no Acordo Base de Parceria Institucional firmado nos termos do [Decreto nº 60.244, de 14 de março de 2014](#).

Artigo 8º - Os órgãos da Administração Pública, Direta e Indireta, aderentes ao Acordo Base de Parceria Institucional deverão disponibilizar, ao conglomerado do agente financeiro, sempre que solicitado, informações relacionadas aos seguros contratados, para fins de atualização da base de dados.

Artigo 9º - Os órgãos da Administração Pública, Direta e Indireta, aderentes ao Acordo Base de Parceria Institucional, ao realizarem pesquisa de preços para subsidiar procedimento licitatório tendente à contratação de seguros, deverão, sempre que possível, solicitar cotação ao conglomerado do agente financeiro do Estado.

Artigo 10 - A partir da vigência deste decreto e durante o prazo de vigência do Acordo Base de Parceria Institucional firmado em 29 de setembro de 2017 nos termos do [Decreto nº 60.244, de 14 de março de 2014](#) Legislação do Estado, fica suspensa a cobrança ao Banco do Brasil S.A. do percentual previsto no

artigo 22 do [Decreto nº 60.435, de 13 de maio de 2014](#) Legislação do Estado.

Artigo 11 - Ficam mantidos os procedimentos atuais para as aplicações financeiras, por meio da Conta Única do Tesouro, no Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios - SIAFEM/SP.

Artigo 12 - O Banco do Brasil S.A. deverá manter os sistemas operacionais e de informática capazes de bem operacionalizar os serviços contratados e fornecer ao Estado, prontamente, as informações necessárias ao acompanhamento das movimentações financeiras do Estado e outras que forem requeridas, desde que previamente acordadas, de modo que os serviços sejam prestados dentro do melhor padrão de qualidade.

Artigo 13 - Fica a Secretaria da Fazenda autorizada a providenciar o cadastramento de funcionários do Banco do Brasil S.A. no SIAFEM/SP, mediante solicitação formal das áreas competentes do Agente Financeiro do Tesouro, para consulta às operações pertinentes a este decreto, observadas as regras de segurança de acesso.

Artigo 14 - Ao Departamento de Controle e Avaliação da Secretaria da Fazenda, sem prejuízo da atuação dos demais órgãos de controle, caberá fiscalizar o cumprimento das disposições deste decreto.

Artigo 15 - A Secretaria da Fazenda e suas Coordenadorias, no âmbito de suas respectivas atribuições, poderão expedir normas complementares para aplicação integral das disposições deste decreto, decidir casos omissos e adotar as providências necessárias para preservação dos procedimentos ora estabelecidos.

Artigo 16 - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos, em relação ao Banco do Brasil S.A., até 28 de setembro de 2022.

Parágrafo único - Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial o [Decreto nº 62.297, de 6 de dezembro de 2016](#) Legislação do Estado.

Palácio dos Bandeirantes, 3 de outubro de 2017.

GERALDO ALCKMIN

Governador